



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

21/04/2013



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
1.2. SELETIVOS.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	4 - 7
2.2. JUÍZES.....	8
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. DECISÕES.....	9 - 11
3.2. PRESIDÊNCIA.....	12
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	13 - 30
4.2. CNJ.....	31
4.3. DECISÕES.....	32
4.4. DESEMBARGADORES.....	33
4.5. JUÍZES.....	34
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. VARAS CRIMINAIS.....	35
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DECISÕES.....	36
6.2. VARAS CRIMINAIS.....	37
6.3. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	38 - 41
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. DECISÕES.....	42 - 43
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CASO DÉCIO SÁ.....	44 - 48
8.2. COMARCAS.....	49
8.3. CORREGEDOR.....	50
8.4. DECISÕES.....	51 - 54
8.5. DESEMBARGADORES.....	55
8.6. EXECUÇÕES PENAIS.....	56 - 59
8.7. JUÍZES.....	60
8.8. OUVIDORIA.....	61
8.9. SERVIDORES.....	62

Pág. 2

TJMA suspende audiência pública para preenchimento de serventias



⇒ Guerreiro Júnior suspendeu audiência pública para adequações no procedimento

TJMA suspende audiência pública para preenchimento de serventias



Guerreiro Júnior suspendeu audiência pública para adequações no procedimento

Está suspensa a audiência pública para preenchimento de serventias vagas no Estado, e que ocorreria às 9h da próxima segunda-feira (22). A decisão foi anunciada ao final da tarde dessa sexta-feira (19) pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Devido a supressão de requisitos, o procedimento será adequado às exigências da Resolução nº 028/2010, do Tribunal.

“A medida tem efeito cautelar e objetiva não prejudicar os candidatos”, justificou o presidente.

TJMA emitiu Nota de Esclarecimento sobre os motivos da suspensão (leia abaixo), e

se comprometeu a anunciar a data da nova audiência.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu suspender, ao final da tarde desta sexta (19), a audiência pública marcada para as 9h da próxima segunda-feira, 22 de abril, quando seriam preenchidas as serventias vagas no Estado, conforme foi anunciado em seguida à homologação do concurso para notários promovido pela Corte de Justiça estadual.

A medida tem efeito cautelar, objetiva não prejudicar os candidatos, e procura adequar o procedimento à Resolução nº 028/2010, do TJMA,

que regulamenta o Concurso para Ingresso e do Concurso para Remoção de Titulares das Atividades Notariais e de Registro do Estado do Maranhão.

De acordo com o texto, serão exigidos a publicação do nome da serventia, endereço completo, suas dívidas e encargos. Tais requisitos foram parcialmente cumpridos, contudo o TJMA detectou a supressão de alguns desses itens na lista formatada pelo Judiciário.

UMA vasta Programação Cultural, que está sendo realizada ao longo do ano, marcará os 200 Anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) - 3ª Corte Judicial mais antiga do país - , celebrados no dia 4 de novembro de 2013. Entre as atividades que marcarão a festa do Bicentenário da Instituição, estão a realização de um concurso de redação voltado para estudantes, lançamento de obras jurídicas e publicações especiais, Exposição de peças e processos antigos e livros raros, além de visitação pública ao Tribunal.

Olha, gatinha, a desembargadora Raimunda Bezerra determinou a exoneração de todos os servidores da Câmara Municipal que não tenham estabilidade. Isso provocou grande confusão na sexta-feira.

*

Mas isso foi resultado de uma ação iniciada pelo Ministério Público em 2001, já estando, portanto prescrita. Nesta segunda-feira, a Procuradoria do Legislativo Municipal vai dar as explicações necessárias.

*

Isso mostra a agilidade do Judiciário. Uma ação começa em 2001, quando a magistrada ainda era juíza e termina 12 anos depois. Desse jeito, a vaca vai mesmo é pro brejo, com certeza.

*

PREOCUPAÇÃO NA CÂMARA

A decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça atinge em cheio os funcionários tipo "Serviço Prestado" da Câmara Municipal de São Luís. O TJMA manteve sentença do juiz Mário Prazeres Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, determinando a exoneração dos servidores não estáveis e realizar concurso público no prazo máximo de 180 dias para preenchimento dos cargos. A medida não alcança os servidores que comprovarem estabilidade e os ocupantes de cargos comissionados.

TJMA suspende audiência pública para preenchimento de serventias

Está suspensa a audiência pública para preenchimento de serventias vagas no Estado, e que ocorreria às 9h desta segunda-feira (22). A decisão foi anunciada ao final da tarde da última sexta-feira pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior (foto). Devido a supressões, o procedimento será adequado às exigências da Resolução nº 028/2010, do Tribunal.

PÁGINA 3



TJMA suspende audiência pública para preenchimento de serventias

Está suspensa a audiência pública para preenchimento de serventias vagas no Estado, e que ocorreria às 9h desta segunda-feira (22). A decisão foi anunciada ao final da tarde da última sexta-feira pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Devido a supressões, o procedimento será adequado às exigências da Resolução nº 028/2010, do Tribunal.

"A medida tem efeito cautelar e objetiva não prejudicar os candidatos", justificou

o presidente. TJMA emitiu Nota de Esclarecimento sobre os motivos da suspensão (leia abaixo), e se comprometeu a anunciar a data da nova audiência.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu suspender, ao final da tarde desta sexta (19), a audiência pública marcada para as 9h da próxima segunda-feira, 22 de abril, quando seriam preen-

chidas as serventias vagas no Estado, conforme foi anunciado em seguida à homologação do concurso para notários promovido pela Corte de Justiça estadual.

A medida tem efeito cautelar, objetiva não prejudicar os candidatos, e procura adequar o procedimento à Resolução nº 028/2010, do TJMA, que regulamenta o Concurso para Ingresso e do Concurso para Remoção de Titulares das Atividades Notariais e de Registro do Estado do Maranhão.

De acordo com o texto, serão exigidos a publicação

do nome da serventia, endereço completo, suas dívidas e encargos. Tais requisitos foram parcialmente cumpridos, contudo o TJMA detectou a supressão de alguns desses itens na lista formatada pelo Judiciário.

Em razão do equívoco, o presidente Guerreiro Júnior decidiu não comprometer a realização do ato público.

Logo ocorra a revisão final dos itens citados na Resolução, o TJMA anunciará, pela imprensa e em seu portal de notícias, a nova data da audiência.

Magistrados maranhenses são favoráveis à união homoafetiva, revela pesquisa - Pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) revela que 55,75% dos magistrados maranhenses são favoráveis à união homoafetiva. Com base neste resultado, a AMMA está pleiteando à Corregedoria Geral de Justiça que inclua a regulamentação da união estável entre pessoas do mesmo sexo no projeto de reestruturação do Código de Normas da CGJ, bem como a conversão desta união em casamento, de forma a facilitar a prestação do serviço jurisdicional que envolva a matéria.

Quilombolas são mantidos no Povoado Puraquê

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça mantiveram na posse 54 famílias ocupantes do Povoado Puraquê, na zona rural de Codó. A decisão manteve liminar do juízo daquela comarca, assegurando provisoriamente a posse da comunidade até o julgamento final da ação principal. O descumprimento da decisão implicará em pena de multa diária de R\$ 1 mil.

A Associação dos Moradores Rurais Quilombolas do Povoado Puraquê ajuizou ação de manutenção de posse contra Benedito Francisco da Silveira Figueiredo, o "Biné Figueiredo", alegando que os moradores ocupam tradicionalmente uma área de 1700 hectares, onde têm residência fixa há mais de 70 anos e executam atividades rurais como plantio de mandioca, feijão, milho e criação de pequenos animais.

De acordo com os autos, em novembro de 2012, a mando de Biné Figueiredo, homens fortemente armados com pistolas, escopetas, revólveres e espingardas teriam invadido o povoado, ordenando que as famílias ces-

sassem os trabalhos de roça e deixassem os lares. Derrubaram árvores, uma casa e mataram animais, ameaçando de morte os moradores.

O juiz de Codó, Pedro Guimarães Júnior, concedeu liminar mantendo os moradores na área, por entender que eles comprovaram os requisitos necessários da posse inicial. O magistrado considerou a permanência no imóvel e a invasão ocorrida após o período eleitoral, em novembro de 2012.

Em recurso, netos de Figueiredo pediram a exclusão dos efeitos da decisão sobre 1.058 hectares da área, na condição de terceiros prejudicados em razão de serem legítimos possuidores e proprietários dessa parte do imóvel objeto do litígio.

Eles argumentaram prejuízo, alegando que utilizariam as glebas para criação de gado, com pasto mecanizado, açudes e sedes de fazendas. A parte ocupada pela comunidade seria apenas a correspondente a suas moradias e pequenos quintais, totalizando não mais que 20 hectares.

DECISÃO OBRIGA CÂMARA A DEDITIR SERVIDORES NÃO CONCURSADOS

PAG.08

Decisão obriga Câmara a demitir servidores



Raimunda Bezerra não acatou a argumentação da Câmara de Vereadores.

A Câmara de Vereadores de São Luís deverá exonerar servidores não estáveis, realizando concurso público no prazo de 180 dias para preenchimento dos cargos. A decisão é da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que manteve senten-

ça do juiz Mário Prazeres Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís. A medida não alcança os servidores que comprovarem estabilidade e os ocupantes de cargos comissionados.

O Ministério Público Es-

tadual (MP) ajuizou ação civil pública em 2001, pedindo a exclusão de cargos não comissionados da Câmara Municipal, ocupados sem concurso público após 5 de outubro de 1988, alegando nulidade das contratações e ofensa aos princípios da

administração pública como moralidade, legalidade e impessoalidade, podendo servir inclusive para benefícios eleitorais. O MP apontou que seria necessário dar fim à ilegalidade por meio da realização de concurso público para ocupação dos cargos.

A Câmara recorreu da sentença, defendendo a incidência de prescrição e a convalidação dos atos de contratação, ainda que posteriores à Carta Magna de 1988, para estabilizar as relações entre a Administração e os administrados, em respeito aos princípios da boa fé e da segurança jurídica.

A relatora do recurso, desembargadora Raimunda Bezerra, não acatou os argumentos do Legislativo Municipal, ressaltando que o artigo 37 da Constituição Federal dispõe sobre a necessidade de concurso para preenchimento de cargos ou empregos públicos, restando ilegal a contratação de servidores não concursados e sem estabilidade.

Para a magistrada, ao infringir normas e princípios constitucionais, os atos estariam fulminados de nulidade absoluta, inalcançáveis pela prescrição e impassíveis de convalidação e do benefício do direito adquirido.

Pesquisa da AMMA revela dados positivos do Judiciário



Guerreiro Júnior recebe de Gervásio Santos pesquisa que mostra dados positivos do Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, conheceu o conteúdo de pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), com 147 juízes estaduais, na qual eles avaliaram ques-

tões como condições de trabalho, segurança institucional e a atual gestão do TJMA. Os dados são bastante positivos para o Judiciário maranhense.

"Magistrados e entidade entendem que o Poder Judiciário do Maranhão está em pro-

cesso de evolução rápida e no caminho certo", enfatizou o presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, ao entregar cópia do documento ao presidente do TJMA. A coleta de dados abrangeu de 18 de fevereiro a 15 de março deste ano.

De acordo com levantamento da associação, 53,06% dos magistrados consideram adequadas as condições do ambiente de trabalho, contra apenas 25,17% que as apontaram inadequadas.

Segundo Gervásio Santos, esse dado é considerado um importante avanço. "Em pesquisa semelhante, em 2007, 53,21% dos juízes consideravam impróprias as condições de trabalho, contra 19,27% que as julgavam aceitáveis. Em cinco anos esses percentuais foram invertidos", ressalta.

Outro aspecto importante do levantamento, e nunca questionado em pesquisas anteriores, foi a avaliação da gestão do presidente do TJMA. Mais de 62% dos juízes avaliam entre ótima e boa a administração do presidente do Judiciário. "A contribuição dos juízes, não apenas os auxiliares da presidência, mas de todo Estado, é condição imprescindível para o sucesso do nosso trabalho", respondeu Guerreiro Júnior.

Assassinato de Décio Sá fará 1 ano 3ª-feira

Jornalista foi morto enquanto esperava amigos em bar na Avenida Litorânea. Audiências de testemunhas começarão em 6 de maio deste ano. **Especial**



Um ano depois, assassinato de Décio Sá ainda repercute

Na próxima terça-feira (23), completa um ano o assassinato do jornalista de **O Estado** e blogueiro Décio Sá. O crime brutal e covarde, que teve repercussão nacional e internacional, ocorreu por volta das 23h30, quando Décio aguardava alguns amigos no bar e restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea.

De acordo com as investigações feitas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), que duraram 116 dias, o jornalista foi executado pelo matador de aluguel Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, contratado por um grupo de agiotas (Gláucio Alencar Pontes Carvalho, José de Alencar Miranda Carvalho e José Raimundo Sales Chaves Júnior) e que contou com o apoio de outras 10 pessoas, acusadas de darem suporte informal aos mandantes do assassinato e por fornecerem apoio logístico ao executor do crime. Todos os suspeitos e acusados es-

tão presos, com exceção do capitão da Polícia Militar, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita.

O Caso Décio Sá, como ficou conhecido, provocou, além de revolta nos mais diversos segmentos da sociedade, polêmica e diversas manifestações nas redes sociais. O Ministério Público do Estado, por meio de uma comissão de promotores de Justiça, também atuou nas investigações do crime.

No dia 6 de maio deste ano, serão iniciadas as audiências das testemunhas de defesa, acusação e os acusados arrolados no processo de assassinato de Décio Sá. Essa fase processual aconteceria no dia 28 de janeiro. No entanto, os depoimentos não foram realizados em virtude de decisão liminar proferida pelo desembargador Raimundo Nonato Sousa.

Familiares e amigos de Décio Sá esperam por justiça.



Assassinato de Décio Sá completa um ano na próxima terça-feira

O Estado, onde o jornalista trabalhou por 14 anos, faz um resgate da trama armada para assassiná-lo, dia 23 de abril, às 23h30, no restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea; o blogueiro morreu atingido por três tiros na cabeça e dois nas costas

Jock Dean

Da equipe de O Estado

2 3 de abril de 2012. 23h30. O jornalista e blogueiro Décio Sá aguardava alguns amigos para jantar no bar e restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea, quando o matador de aluguel Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, chegou ao local. Minutos após descer da garupa de uma motocicleta, ele disparou cinco tiros de pistola ponto 40 à queima-roupa contra Décio, que morreu ainda no local com três tiros na cabeça e dois nas costas.

No dia seguinte ao assassinato, familiares, amigos, colegas de profissão, autoridades e personalidades do estado se reuniram para prestar homenagens ao jornalista. O velório foi realizado durante toda a manhã do dia 24 na Central de Velórios Pax União, na Rua Oswaldo Cruz, Centro, e o sepultamento ocorreu no Cemitério Jardim da Paz, em São José de Ribamar.

Na terça-feira (23), completa um ano que Décio Sá foi assassinado. Hoje, O Estado, onde o jornalista trabalhou por 14 anos, faz um resgate da trama armada para assassiná-lo, das investigações que levaram à prisão de todos os envolvidos, da expectativa para o início das audiências em que serão ouvidas as testemunhas e os acusados, marcado para o dia 6 de maio, além do andamento de todo o processo judicial movido contra os 12 acusados.

Força-tarefa - Na mesma noite em que o jornalista foi assassinado, uma força-tarefa criada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) iniciou os trabalhos para elucidar o caso. "Assim que foi confirmada a morte de Décio Sá, o secretário Aluísio Mendes [Segurança Pública] telefonou para nós e mandou acionar a Superintendência Estadual de Investigações Criminais [Seic], Delegacia de Homicídios e o Plantão Central da REFFSA para apurar o crime", informou o subdelegado Geral de Polícia Civil, Marcos Affonso Júnior.

Segundo o secretário, o principal desafio da polícia foi chegar ao assassino do jornalista. "Pelas características do crime, que foi cometido de forma fria e em local público, ficou claro desde o início que se tratava de um matador profissional. Este tipo de criminoso tem experiência suficiente para se evadir do local sem deixar pistas. Além disso, ele era um arquivo-vivo de toda a trama. Por isso era necessário que ele fosse preso com vida", afirmou.

Para garantir que o executor do jornalista fosse detido, a Secretaria de Segurança Pública decretou o sigilo das investigações quatro dias após o assassinato. À época, Aluísio Mendes anunciou a determinação como necessária porque a divulgação do avan-

ço do inquérito policial, além de atrapalhar o trabalho da Polícia Civil, poderia colocar em risco a vida dos próprios executores do blogueiro, por meio de quem a polícia chegaria aos demais envolvidos no crime.

Na linha de frente da força-tarefa, os delegados Maymone Barros Lima, Jeffrey Furtado e Guilherme Sousa Filho deixaram seus gabinetes na Delegacia de Homicídios, na Avenida Beira-Mar, e se mudaram para o prédio da Seic, no Bairro de Fátima, para que seu trabalho ocorresse de forma mais reservada. A eles, se juntaram os delegados Roberto Wagner Fortes, Roberto Larrat e o próprio superintendente da Seic, Augusto Barros.

Prisões - Foi com essa estratégia que na madrugada do dia 5 de junho Jhonatan de Sousa Silva e seu primo Gleison Macena de Sousa foram presos em uma casa de luxo, alugada no bairro Turu, onde guardavam 10 kg de crack e armas de uso restrito. "Cerca de 31 dias após o início das investigações nós já tínhamos informações seguras de quem era o assassino de Décio. Foram necessários mais oito dias para localizá-lo e montar a operação que culminou com a sua prisão", informou Aluísio Mendes. De acordo com o secretário, a prisão de Jhonatan Silva sem o anúncio que ele era o executor

de Décio Sá foi importante para criar instabilidade no grupo. A estratégia foi necessária para que fosse possível chegar aos mandantes do crime.

No dia 13 de junho, durante a Operação Detonando, Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, empresário do ramo de merenda escolar, conveniado a várias prefeituras no interior do estado, e o pai dele, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, que, segundo a polícia, contrataram por R\$ 100 mil a morte de Décio Sá, foram presos pela polícia em cumprimento a sete mandados de prisão expedidos pela juíza Alice Rocha, titular da 1ª Vara do Tribunal de Júri.

Segundo o subdelegado-geral de Polícia Civil, Marcos Affonso Júnior, a organização criminosa, liderada por pai e filho, passou a visualizar o jornalista como uma forte ameaça aos negócios ilícitos da quadrilha depois do assassinato do também empresário agiota Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, ocorrido em março do ano passado, na cidade de Teresina (PI). A vítima foi executada com três tiros de pistola PT 380, na cabeça, e, quando divulgado pelo blogueiro em sua página foi relacionada a um grupo de agiotas estabelecido no Maranhão.

Investigações - Segundo as investigações, o blogueiro foi vítima dos agiotas porque denunciava em suas publicações esquemas fraudulentos relacionados à política, principalmente ao uso indevido de recursos públicos estaduais e federais por parte de gestores municipais. "O blog de Décio foi muito importante durante as investigações", garantiu o sub-delegado Geral de Polícia Civil.

O executor do crime, o pistoleiro Jhonatan Silva, segundo a polícia judiciária, foi contratado pela rede de agiotas denunciados por Décio Sá após a divulgação da morte de Fábio Brasil no blog do jornalista. Gláucio e José de Alencar se sentiram ameaçados e ofereceram a quantia de R\$ 100 mil para que seus homens de confiança executassem o blogueiro. Foi nesse momento que entrou em cena o empresário do ramo de veículos e representante de uma distribuidora de bebidas, no município de Santa Inês, José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, de 38 anos, identificado como o principal intermediador do crime.

Foi *Júnior Bolinha*, segundo a polícia, quem acionou Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Buchecha*, de 32 anos. Os dois eram velhos conhecidos e foram os responsáveis por contratar o executor de Décio Sá. Jhonatan Silva confessou o crime após ser preso por envolvimento com tráfico de drogas, assumindo ainda a autoria do assassinato do empresário Fábio Brasil, no Piauí. Em seu depoimento, ele informou que recebeu a pistola ponto 40 que utilizou para matar Décio Sá das mãos de Júnior Bolinha, e que este, por sua vez, a havia recebido das mãos do capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita, subcomandante do Batalhão de Choque da PM do Maranhão.

Fábio Capita foi um dos sete envolvidos no caso preso durante a Operação Detonando. Ele teve sua prisão decretada porque, além de ser citado pelo executor de Décio Sá, afirmou ser amigo de infância de *Júnior Bolinha*. No mesmo dia, foi preso ainda Airtton Martins Monroe, de 24 anos, que, conforme as investigações, teria apresentado o executor do crime aos intermediadores *Júnior Bolinha* e *Buchecha*. A polícia classificou a organização responsável pelo homicídio de Décio Sá de consórcio.

Inquérito - O inquérito que investigou o assassinato do jornalista Décio Sá foi concluído e entregue à Justiça no fim da tarde do dia 17 de agosto. Formada por 1.970 páginas, distribuídas em 31 volumes, toda a documentação foi entregue na sala da 1ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, pela comissão de delegados que trabalhou no caso durante 116 dias.

Na ocasião, a delegada-geral de Polícia Civil do Maranhão, Maria Cristina Meneses, afirmou que 13 pessoas foram indiciadas pelo homicídio do blogueiro, mas não revelou os nomes dos quatro últimos indiciados, alegando necessidade de sigilo nas investigações secundárias ao homicídio, que tenta esclarecer os crimes de agiotagem no estado.

Jhonatan de Sousa Silva admitiu em seus depoimentos à Polícia Civil do Maranhão já ter assassinado mais de 30 pessoas, no Norte e Nordeste do Brasil, a maioria delas próximas à cidade de Xinguara, no estado do Pará, onde nasceu. O pistoleiro paraense, que se considera abertamente um "matador profissional", informou à polícia que, dos R\$ 100 mil prometidos pelos agiotas para matar Décio Sá, te-

ria recebido R\$ 20 mil. No dia 25 de agosto, Jhonatan de Sousa Silva foi transferido para o Presídio Federal de Segurança Máxima de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul.

Denunciados - Em setembro, o Ministério Público (MP) ofereceu à 1ª Vara do Tribunal do Júri, de competência do promotor Luiz Carlos Duarte, a denúncia formal contra as 13 pessoas indiciadas no inquérito que investigou o assassinato do jornalista. Na lista de denunciados pelo MP estão ainda Elker Farias Veloso, o *Diego*, de 26 anos, acusado de dar apoio logístico à rede de agiotas, e Marcos Bruno de Oliveira Amaral, identificado como piloto da moto que deu fuga ao assassino.

Completam a lista o advogado Ronaldo Ribeiro, responsável pela causa de dezenas de prefeituras municipais no estado e que também já teve envolvimento confirmado com os crimes de agiotagem praticados pela quadrilha que financiou o assassinato do jornalista maranhense, e os dois investigadores da Seic, Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, afastados porque sabiam da trama criminoso. A polícia também teria indiciado o homem conhecido como *Neguinho*, não aceito pelo MP na denúncia por falta de dados.



Jornalista e blogueiro Décio Sá visto na redação de O Estado

Repercussão

- **O caso** provocou a curiosidade, polêmica e milhares de comentários nas redes sociais como Facebook e Twitter. Muitos especularam a motivação do crime, relacionando o caso às denúncias do jornalista de corrupção e crime organizado, postadas em seu blog.

- **Além** das investigações feitas pela SSP, o MP, por meio de uma comissão de promotores de Justiça, resolveu também atuar no caso.

- **O Comitê** de Imprensa da Assembleia Legislativa do Maranhão também decidiu criar uma comissão especial, integrada por representantes de todos os veículos credenciados na Casa para acompanhar de perto as investigações.

- **A Associação** Nacional de Jornais (ANJ), Federação Nacional dos Jornalistas e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Luís lamentaram o assassinato e enfatizou que o homicídio tinha sido praticado em decorrência da corajosa cobertura jornalística que ele fazia sobre crimes de pistolagem no Maranhão.

Jornais, agências e portais de notícias em todo o mundo repercutiram a morte de Décio Sá, manifestando repúdio ao crime. Matutinos como New York Times (USA), El País (ESP), Le Monde (FRA), Diário de Notícias (POR), Correio da Manhã (POR) e Clarín (ARG) registraram o caso. A Organização das Nações Unidas (ONU) se declarou alarmada com o crime contra Décio Sá.



Local do assassinato do jornalista Décio Sá, que recebeu três tiros na cabeça e dois nas costas

Mais

ASSASSINATOS DE JORNALISTAS NO BRASIL EM 2012

Levantamento feito pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) revela que o crime de execução do jornalista Décio Sá foi o único no Brasil em 2012, do total de quatro cometidos contra profissionais da imprensa (três jornalistas e um radialista), elucidado pela polícia, com mandantes e executores presos.

Além de Décio Sá, foram executados no Brasil no ano passado os jornalistas Paulo Roberto Cardoso Rodrigues, do Mato Grosso do Sul; Mário Randolfo Marques Lopes, do Rio de Janeiro; e o radialista Laércio de Souza, da Bahia. Segundo estatísticas da entidade de classe, 80% dos crimes cometidos contra jornalistas no Brasil permanecem sem solução. A resposta dada à sociedade pela polícia do Maranhão com a elucidação do caso de Décio foi elogiada pela Fenaj.

Números

51

dias foi o tempo após o assassinato em que a polícia conseguiu prender o executor e mandantes do assassinato de Décio Sá

116

dias foi o tempo de duração de todo o inquérito policial que apurou o crime

1.970

páginas foram o inquérito policial

70

policiais participaram da Operação Detonando, que prendeu os envolvidos no assassinato

31

é o total de volumes do inquérito que foi entregue à Justiça

116

testemunhas foram ouvidas durante as investigações

13

pessoas foram indicadas pelo homicídio do jornalista

12

acusados foram denunciadas pelo MP por envolvimento na morte de Décio Sá

55

testemunhas de acusação vão depor durante as oitivas



Jhonatan de Sousa Silva, que confessou ter matado Décio Sá

Assassinato de Décio Sá fará 1 ano 3ª-feira

Jornalista foi morto enquanto esperava amigos em bar na Avenida Litorânea. Audiências de testemunhas começarão em 6 de maio deste ano. **Especial**



Um ano depois, assassinato de Décio Sá ainda repercute

Na próxima terça-feira (23), completa um ano o assassinato do jornalista de **O Estado** e blogueiro Décio Sá. O crime brutal e covarde, que teve repercussão nacional e internacional, ocorreu por volta das 23h30, quando Décio aguardava alguns amigos no bar e restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea.

De acordo com as investigações feitas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), que duraram 116 dias, o jornalista foi executado pelo matador de aluguel Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, contratado por um grupo de agiotas (Gláucio Alencar Pontes Carvalho, José de Alencar Miranda Carvalho e José Raimundo Sales Chaves Júnior) e que contou com o apoio de outras 10 pessoas, acusadas de darem suporte informal aos mandantes do assassinato e por fornecerem apoio logístico ao executor do crime. Todos os suspeitos e acusados es-

tão presos, com exceção do capitão da Polícia Militar, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita.

O Caso Décio Sá, como ficou conhecido, provocou, além de revolta nos mais diversos segmentos da sociedade, polêmica e diversas manifestações nas redes sociais. O Ministério Público do Estado, por meio de uma comissão de promotores de Justiça, também atuou nas investigações do crime.

No dia 6 de maio deste ano, serão iniciadas as audiências das testemunhas de defesa, acusação e os acusados arrolados no processo de assassinato de Décio Sá. Essa fase processual aconteceria no dia 28 de janeiro. No entanto, os depoimentos não foram realizados em virtude de decisão liminar proferida pelo desembargador Raimundo Nonato Sousa.

Familiares e amigos de Décio Sá esperam por justiça.





23 de abril de 2012: Às 22h05 Décio Sá deixa o jornal **O Estado**.

23 de abril de 2012: Décio Sá é assassinado em um bar na Avenida Litorânea

24 de abril de 2012: Polícia inicia inquérito para investigar morte do jornalista

26 de abril: Vilenir Sá, irmã de Décio Sá, divulga carta pedindo justiça

27 de abril de 2012: A Secretaria de Estado de Segurança Pública decreta o sigilo absoluto nas investigações

29 de abril de 2012: Celebrada Missa de Sétimo Dia de morte do blogueiro

30 de abril de 2012: O comitê de liberdade de imprensa da Overseas Press Club of America (OPC), de Nova Iorque (EUA), envia carta à Presidência da República do Brasil pedindo rigor nas investigações do assassinato de Décio Sá

1º de maio de 2012: Familiares e amigos realizam caminhada na Avenida Litorânea pedindo justiça

4 de maio de 2012: Polícia refaz rota do assassino de Décio Sá na Litorânea em busca de pistas

8 de maio de 2012: Supremo Tribunal Federal (STF) reage às mortes de jornalistas, destacando execução de Décio Sá

23 de maio de 2012: Missa lembra um mês da morte do jornalista

31 de maio de 2012: Divulgado retrato-falado de suposto assassino do blogueiro



5 de junho de 2012: Jhonatan de Sousa Silva é preso em uma operação de combate ao tráfico de drogas

13 de junho de 2012: Polícia deflagra Operação Detonando e prende sete envolvidos na morte do jornalista

20 de junho de 2012: Primeiro depoimento do assassino confesso do jornalista Décio Sá vaza em blog local e repercute na imprensa maranhense

3 de julho de 2012: Polícia realiza reconstituição do assassinato de Décio Sá



5 de julho de 2012: Polícia encontra arma que pode ter sido usada para matar Décio Sá enterrada em duna da rota de fuga de Jhonatan Silva

7 de julho de 2012: Secretaria de Estado de Segurança Pública confirma que arma encontrada em duna foi a utilizada para matar o jornalista

12 de julho: A Justiça expede decisão prorrogando por mais 30 dias a prisão temporária dos sete acusados de envolvimento no assassinato do jornalista

18 de julho de 2012: Laudo da reconstituição do assassinato do jornalista Décio Sá é

encaminhado à Seic

19 de julho de 2012: A Justiça do Piauí decreta a prisão preventiva dos integrantes do "consórcio" de agiotas envolvido na execução do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil

17 de agosto de 2012: Polícia Civil do Maranhão encaminha à Justiça a conclusão do inquérito que investigou o assassinato do blogueiro

6 de setembro de 2012: O Ministério Público Estadual oferece, à 1ª Vara do Tribunal do Júri, a denúncia formal contra as 13 pessoas indiciadas no inquérito que investigou o assassinato do jornalista Décio Sá

10 de setembro de 2012: MP divulga a lista completa e definitiva dos denunciados no inquérito que investigou o assassinato do jornalista Décio Sá. Dos 13 indiciados nas investigações da Polícia Civil do Maranhão, 12 foram delatados como integrantes da quadrilha

11 de outubro de 2012: Em decisão unânime, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão negou pedido de habeas corpus para os empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho

19 de outubro de 2012: TJ nega pedido de habeas corpus a Fábio Capita

23 de outubro de 2012: Morte do jornalista Décio Sá completa seis meses

1º de novembro de 2012: A 2ª Câmara Criminal do TJ nega pedido de habeas corpus para *Júnior Bolinha*

7 de novembro de 2012: Marcos Bruno Silva de Oliveira, acusado de ser o piloto da motocicleta usada por Jhonatan Silva em sua fuga, é preso pela polícia

10 de dezembro de 2012: A juíza Ariane Mendes Castro Pinheiro marca início das oitivas do caso Décio para o dia 28 de janeiro



18 de dezembro de 2012: Gláucio Alencar, *Júnior Bolinha* e Fábio Capita são ouvidos em audiência sobre a morte do empresário Fábio Brasil pela Justiça do Piauí

3 de janeiro de 2013: Ricardo Santos, o Carioca, sofre atentado à bala no Miritiua

28 de janeiro de 2013: Oitivas do caso Décio teriam início neste

dia, mas foram suspensas pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Raimundo Nonato de Souza a pedido do advogado de um dos acusados

30 de janeiro de 2013: MP ingressa com um Mandado de Segurança em matéria penal com pedido de Liminar contra a decisão do desembargador Raimundo Nonato de Souza

1º de fevereiro 2013: Desembargador Lourival Serejo cassa liminar que suspendeu a agenda de depoimentos das 55 testemunhas arroladas no processo que investiga a morte do jornalista Décio Sá

13 de fevereiro 2013: Ricardo Santos Silva, o Carioca, morre no Hospital Dr. Carlos Macieira, não resistindo aos sete tiros

que recebeu no atentado do dia 3 de janeiro

8 de março de 2013: Desembargador Fróz Sobrinho manda soltar Fábio Capita

23 de abril de 2013: Assassinato de Décio Sá completa um ano

6 de maio 2013: Terão início as oitivas do Caso Décio

Assassinato de Décio Sá fará 1 ano 3ª-feira

Jornalista foi morto enquanto esperava amigos em bar na Avenida Litorânea. Audiências de testemunhas começarão em 6 de maio deste ano. **Especial**



Um ano depois, assassinato de Décio Sá ainda repercute

Na próxima terça-feira (23), completa um ano o assassinato do jornalista de **O Estado** e blogueiro Décio Sá. O crime brutal e covarde, que teve repercussão nacional e internacional, ocorreu por volta das 23h30, quando Décio aguardava alguns amigos no bar e restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea.

De acordo com as investigações feitas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), que duraram 116 dias, o jornalista foi executado pelo matador de aluguel Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, contratado por um grupo de agiotas (Gláucio Alencar Pontes Carvalho, José de Alencar Miranda Carvalho e José Raimundo Sales Chaves Júnior) e que contou com o apoio de outras 10 pessoas, acusadas de darem suporte informal aos mandantes do assassinato e por fornecerem apoio logístico ao executor do crime. Todos os suspeitos e acusados es-

tão presos, com exceção do capitão da Polícia Militar, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita.

O Caso Décio Sá, como ficou conhecido, provocou, além de revolta nos mais diversos segmentos da sociedade, polêmica e diversas manifestações nas redes sociais. O Ministério Público do Estado, por meio de uma comissão de promotores de Justiça, também atuou nas investigações do crime.

No dia 6 de maio deste ano, serão iniciadas as audiências das testemunhas de defesa, acusação e os acusados arrolados no processo de assassinato de Décio Sá. Essa fase processual aconteceria no dia 28 de janeiro. No entanto, os depoimentos não foram realizados em virtude de decisão liminar proferida pelo desembargador Raimundo Nonato Sousa.

Familiares e amigos de Décio Sá esperam por justiça.



Envolvido na morte de Décio Sá, Fábio Capita foi posto em liberdade

Capitão da Polícia Militar é acusado de ter fornecido a arma que foi usada por Jhonatan Silva para assassinar o jornalista Décio Sá; desembargador Fróz Sobrinho concedeu liminar em habeas corpus para o militar, que estava há oito meses na prisão

Desde o dia 8 deste mês, o capitão da Polícia Militar (PM) Fábio Aurélio Saraiwa Silva, o Fábio Capita, está em liberdade. Ele foi solto após o desembargador Fróz Sobrinho conceder liminar em habeas corpus em favor do capitão, que estava preso há oito meses. Ele é acusado de ter fornecido a arma que foi utilizada por Jhonatan Silva para assassinar o jornalista Décio Sá. A defesa de Fábio Capita ajuizou pedido de liberdade provisória na 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, que foi negada no dia 5, motivando a impetração de habeas corpus no plantão do Tribunal de Justiça do Maranhão no fim de semana.

A liberdade provisória de Fábio Capita foi negada inicialmente fundamentada na conveniência da instrução criminal, com o entendimento de que a manutenção da prisão seria necessária para evitar qualquer interfe-

rência indevida sobre testemunhas. Mas Fróz Sobrinho entendeu que esse argumento não se justifica, pois o acusado não tem razão para intervir sobre qualquer testemunha, na medida em que nenhuma delas fez menção ou imputação ao seu nome nos depoimentos.

Apenas uma testemunha teria mencionado o nome de Fábio Capita durante seus depoimentos. Ela afirmou que o viu por duas vezes no sítio de Júnior Bolinha. Mas ela foi dispensada pelo Ministério Público (MP) após se retratar em novo depoimento. Segundo o desembargador, o fato nunca foi negado pelo capitão, que confirmou amizade e proximidade entre sua família e Júnior Bolinha.

As perícias feitas na arma encontrada em um morro da Avenida Litorânea confirmaram ter sido a mesma que assassinou Décio Sá. Contudo, não determi-

naram a numeração de série da pistola. Além disso, documento da Polícia Militar informou que o modelo da arma não é utilizada pela corporação.

O desembargador ressaltou o enquadramento do policial nos requisitos favoráveis à concessão das medidas alternativas da Lei nº 12.403/2011, sendo primário, possuidor de bons antecedentes, residência fixa, família constituída e emprego definido. De acordo com Fróz Sobrinho, a prisão cautelar tem que se fundar em fatos plausíveis, não podendo estar embasada em conjecturas, sob pena de fragilizar a garantia do próprio instituto da prisão provisória, que somente pode ser utilizada excepcionalmente.

A decisão substituiu a prisão de Fábio Capita pelas medidas cautelares de comparecimento periódico em juízo para justificar atividades laborais; proibição de ausentar-se da comarca sem au-

torização judicial; recolhimento domiciliar no período noturno e proibição de manter contato com quaisquer das pessoas apontadas como envolvidas no crime e testemunhas arroladas.

Fábio Capita foi um dos sete envolvidos no caso preso durante a Operação Detonando. Ele teve sua prisão decretada porque, além de ser citado pelo executor de Décio Sá, afirmou ser amigo de infância de Júnior Bolinha. Em seu depoimento, Jhonatan Silva informou que recebeu a pistola ponto 40 que utilizou para matar Décio Sá das mãos de Júnior Bolinha, e que este, por sua vez, a havia recebido das mãos de Fábio Capita, na época, subcomandante do Batalhão de Choque da PM do Maranhão. Em outubro do ano passado, Fábio Capita teve pedido de habeas corpus negado em decisão unânime da 2ª Câmara Criminal do TJ.

Abrindo o jogo

O Estado - Há a possibilidade de nova suspensão das oitivas?

Promotor Luiz Carlos Duarte

- Essa é sempre uma possibilidade, mas já estamos prontos para recorrer, caso isso aconteça.

O Estado - Qual será o maior desafio da Justiça nesta fase do processo?

Luiz Carlos Duarte - Nosso desafio será definir exatamente qual foi a participação de cada acusado na execução do crime, pois isso é fundamental para definir de forma será realizado o julgamento.

O Estado - Como será o julgamento dos acusados da morte de Décio Sá?

Luiz Carlos Duarte - Os acusados serão julgados um a um, pois dependendo dos crimes dos quais eles sejam acusados, pode mudar a vara criminal. O ideal seria julgar todos juntos, mas é preciso definir a responsabilização de cada um.

O Estado - Quanto tempo pode levar para que o processo seja concluído?

Luiz Carlos Duarte - Não há como prever isto. A lei está mais célere e nossa vontade é que todos os julgamentos sejam realizados o mais breve possível, mas são muitos acusados. Além disso, sempre há a possibilidade de recursos. Por isso, o processo pode demorar para ser finalizado.



A pistola ponto 40, usada no assassinato de Décio Sá, foi encontrada em área de dunas na Litorânea

FOLHA/ARQUIVO



O capitão Fábio Aurélio Saraiva Filho é acusado de ter fornecido a arma que foi utilizada pelo assassino

Assassinato de Décio Sá fará 1 ano 3ª-feira

Jornalista foi morto enquanto esperava amigos em bar na Avenida Litorânea. Audiências de testemunhas começarão em 6 de maio deste ano. **Especial**



Um ano depois, assassinato de Décio Sá ainda repercute

Na próxima terça-feira (23), completa um ano o assassinato do jornalista de **O Estado** e blogueiro Décio Sá. O crime brutal e covarde, que teve repercussão nacional e internacional, ocorreu por volta das 23h30, quando Décio aguardava alguns amigos no bar e restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea.

De acordo com as investigações feitas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), que duraram 116 dias, o jornalista foi executado pelo matador de aluguel Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, contratado por um grupo de agiotas (Gláucio Alencar Pontes Carvalho, José de Alencar Miranda Carvalho e José Raimundo Sales Chaves Júnior) e que contou com o apoio de outras 10 pessoas, acusadas de darem suporte informal aos mandantes do assassinato e por fornecerem apoio logístico ao executor do crime. Todos os suspeitos e acusados es-

tão presos, com exceção do capitão da Polícia Militar, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita.

O Caso Décio Sá, como ficou conhecido, provocou, além de revolta nos mais diversos segmentos da sociedade, polêmica e diversas manifestações nas redes sociais. O Ministério Público do Estado, por meio de uma comissão de promotores de Justiça, também atuou nas investigações do crime.

No dia 6 de maio deste ano, serão iniciadas as audiências das testemunhas de defesa, acusação e os acusados arrolados no processo de assassinato de Décio Sá. Essa fase processual aconteceria no dia 28 de janeiro. No entanto, os depoimentos não foram realizados em virtude de decisão liminar proferida pelo desembargador Raimundo Nonato Sousa.

Familiares e amigos de Décio Sá esperam por justiça.



Confirmado para 6 de maio o início das audiências com as testemunhas

Mais de 55 pessoas, entre testemunhas de defesa, acusação e os acusados arrolados no processo do assassinato de Décio Sá, serão ouvidas no Salão do Júri do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, a partir das 9h, de segunda a sexta-feira

No dia 6 de maio deste ano, pouco mais de um ano após a morte de Décio Sá, terão início as audiências das testemunhas de defesa, acusação e os acusados arrolados no processo do assassinato do jornalista. As audiências de instrução ocorrerão até o dia 24 do próximo mês, no Salão do Júri, no 1º andar do Anexo do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, a partir das 9h, de segunda-feira a sexta-feira. Durante os 15 dias, mais de 55 pessoas serão ouvidas pela juíza Ariane Mendes Castro Pinheiro, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, que é a responsável pelo caso.

Na primeira semana de oitavas, do dia 6 ao dia 10 de maio, serão ouvidas as testemunhas de acusação arroladas pelo Ministério Público (MP). São 55 depoentes, em média, 15 testemunhas por dia. Entre estas estão jornalistas, blogueiros, empresários, políticos, familiares, amigos e colegas de trabalho de Décio Sá. Por motivos de segurança, **O Estado** não divulgará o nome nos arrolados no processo sobre o assassinato do jornalista.

Na segunda semana, 13 a 17, é a vez dos depoimentos das testemunhas de defesa. Ainda não há um número exato de pessoas a serem ouvidas porque os advogados dos acusados podem apresentar testemunhas em banca - no dia das oitavas. Na terceira semana de instrução, 20 a 24, serão interrogados os acusados no processo.

Denúncia - O MP ofereceu denúncia contra 13 pessoas pelo assassinato do jornalista Décio Sá. A denúncia do crime foi apresentada a 1ª Vara do Tribunal do Júri. Foram denunciados todos os envolvidos diretamente no assassinato do blogueiro. "Ao longo das investigações, foram ouvidas mais de 160 pessoas, entre testemunhas e suspeitos no envolvimento com o crime, mas irão participar das oitavas as testemunhas-chave, que são aquelas que têm vinculação com cada acusado que foram denunciados após a reunião de provas que não deixam dúvidas da sua participação na encomenda e execução da morte de Décio Sá", informou o promotor Luiz Carlos Duarte.

O MP investigou o caso durante três meses. Os trabalhos foram executados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) que investigou os crimes e atos de improbidade administrativa que estão sendo ligados à morte de Décio Sá. No dia seguinte à morte do blogueiro, o procurador-geral de Justiça do estado do Maranhão, em exercício, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, designou os promotores Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Luiz Muniz Rocha Filho, integrantes do Gaeco, para acompanharem as investigações do homicídio. **Queima de arquivo** - Entre as testemunhas arroladas no processo que serão ouvidas a partir do dia 6 de maio estava Ricardo Santos Silva, o Carioca,

de 35 anos, que morreu na madrugada do dia 13 de fevereiro, na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) no Hospital Dr. Carlos Macieira (HCM), no bairro Calhau, onde estava internado desde o atentado. Ele não resistiu aos sete tiros que levou na noite do dia 3 de janeiro, quando foi vítima de uma tentativa de homicídio praticada por um grupo de homens armados, no bairro Turu. Carioca era considerado um "arquivo vivo" pela Polícia Civil do Maranhão, que concluiu que sua morte se tratou de queima de arquivo.

Mas para o promotor Luiz Carlos Duarte, a morte de Carioca não irá prejudicar o andamento do processo. "Ao longo das investigações foram reunidas muitas provas que mostram qual foi o papel de cada um dos acusados", afirmou. Ainda segundo ele, o maior desafio dessa fase do processo é definir qual a responsabilização de cada um dos envolvidos. "O processo corre de forma diferente para cada um deles, pois tanto o julgamento quanto as penas vai depender dos crimes que serão atribuídos a eles", explicou.

Liminar - As audiências em júri seriam realizadas no dia 28 de janeiro. No entanto, os depoimentos foram suspensos após decisão liminar proferida, na mesma data, pelo desembargador Raimundo Nonato Sousa, que acatou habeas corpus interposto pela defesa do advogado Ronaldo Henrique

Santos Ribeiro, um dos denunciados pelo MP. A defesa alegou que não teria tido acesso a conteúdos importantes dos autos, a exemplo das escutas telefônicas.

Atendendo a pedido do MP, o desembargador Lourival Serejo decidiu no dia 1º de março, em mandado de segurança, suspender os efeitos do habeas corpus que interrompeu os depoimentos de testemunhas arroladas no processo que apura a morte do jornalista Décio Sá. Em sua decisão, Serejo destaca que, conforme documentação anexada aos autos, Ribeiro teve sim acesso à medida cautelar de quebra de sigilo telefônico.

O promotor Luiz Carlos Duarte comentou que não há como prever se haverá nova suspensão das oitavas, mas que o MP já está pronto para recorrer da decisão. "Assim como aconteceu na primeira tentativa de realizar as instruções, uma decisão de última hora pode suspender os trabalhos. Da outra vez, o juiz Marcos Brandão Castro propôs aos advogados dos demais acusados que o processo seguisse em separado, mas eles recusaram. Esta é uma possibilidade, em caso de nova suspensão, mas se houver recusa por parte da defesa dos acusados, nós iremos recorrer para garantir que o processo

“

Ao longo das investigações, foram reunidas muitas provas que mostram qual foi o papel de cada um dos acusados”

Luiz Carlos Duarte, promotor



O desembargador Lourival Serejo suspendeu os efeitos do habeas corpus que interrompeu os depoimentos

Procedimentos

Após a fase de instrução, quando são ouvidas as testemunhas de acusação, seguida das testemunhas de defesa e interrogatório dos acusados, o MP e defesa apresentam alegações finais, em relação a cada um dos acusados. Esta etapa da tramitação do processo deve ocorrer em 10 dias, pois o promotor Luiz Carlos Duarte disse que irá pedir visto de cinco dias com mais cinco para

apresentar suas alegações. Após isso, a juíza Ariane Pinheiro deve levar cerca de cinco dias para fazer a pronúncia do processo, quando é definida a responsabilização de cada acusado para que eles sejam submetidos a julgamento, cuja data será anunciada durante a pronúncia. Todas as providências para a garantia das audiências serão tomadas pela Polícia do Maranhão e o Tri-

bunal de Justiça (TJ). Uma “varredura” será executada na área que cerca o Fórum Desembargador Sarney Costa e o prédio anexo, onde está instalado o salão do júri da 1ª Vara. A Polícia Militar (PM) utilizará um grande aparato, com uso de forças terrestres e aérea para vigiar toda a área e evitar que algum problema prejudique o andamento do processo.

Julgamentos

Divulgação



Dados divulgados ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelam que o Maranhão foi, no ano passado, o sétimo estado do país no número de julgamentos no âmbito do Tribunal de Justiça do estado, por corrupção, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa, atrás de Goiás (218), Alagoas (48), Rio Grande do Sul (44), Santa Catarina (32), Minas Gerais (24) e Sergipe (17).

Cargos sem concurso foram implantados a partir de 2006

Na gestão do então prefeito Tadeu Palácio, a Câmara Municipal aprovou a criação de mais de 23 mil cargos do tipo SP

A criação de cargos sem concurso na Prefeitura de São Luís foi "organizada" em 2006 pelo então prefeito da cidade, Tadeu Palácio. Por lei aprovada na Câmara Municipal de São Luís, foram criados 23.996 cargos. São, na verdade, cargos que, na maioria, já existiam e foram oficializados.

O problema é que, para estes cargos criados, mais de 6 mil foram ocupados pelos sp, o que pela legislação é proibida. Devido a esses abusos já constatados durante os últimos anos, o MPC - após a auditoria - irá buscar os responsáveis pelo descumprimento da lei e assim mover ação.

"Além de coibir essa prática e acabar com essa figura do sp na administração pública, vamos identificar os responsáveis, seja o prefeito da época ou o secretário. Enfim, o gestor responsável por contratações indevidas será responsabilizado", disse Jairo Cavalcante.

Câmara - E para fugir dessa fiscalização do MPC, o presidente da Câmara Municipal de São Luís, Isaías Pereirinha (PSL) determinou que todos os mais de 1,3 mil sp fossem transforma-

Mais

Os salários dos servidores do tipo serviço prestado variam do salário mínimo até o valor de R\$ 4 mil. De acordo com os documentos enviados para o MPC, 3.703 serviços prestados ganham um salário mínimo. Outros 348 ganham R\$ 1 mil. Na lista do MPC aparecem ainda 36 servidores dessa categoria com salários superiores a R\$ 3mil. Um último grupo, de 17 serviços prestados, estava recebendo cerca de R\$ 4 mil por mês.

A prefeitura ainda não informou oficialmente quantos serão demitidos, mas especula-se que o corte atingirá mais de 7 mil servidores.

dos em comissionados no Legislativo da capital, deixando um total de mais de 1,5 mil na Câmara de Vereadores.

Essa manobra do presidente evita a assombração das demissões, cujo julgo eleitoral não quer ser assumido por Pereirinha.

Mesmo conseguindo evitar todas essas demissões, o presi-



Arquivo

Palácio começou a aumentar a folha com serviços prestados

dente da Câmara ainda terá que resolver outro problema, que é a dispensa de pelo menos 250 servidores que estão como efetivos na Casa, mas que não são beneficiados por terem entrado na Câmara até

outubro de 1988.

Na sexta-feira, 19, a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça determinou que esses funcionários fossem demitidos e, em um prazo de 180 dias, um concurso público fosse realizado.

Aula inaugural da Especialização em Direito Civil e Processual Civil

A Pós-Graduação da Universidade Ceuma realizará, no dia 26 de abril, às 19h, no auditório Expedito Bacelar, campus Renascença, a aula inaugural da 8ª turma de Especialização em Direito Civil e Processo Civil. Com o tema "Aspectos teóricos e práticos do projeto do novo código de processo civil", o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do

Maranhão, Mestre em Direito Civil pela PUC-SP e Doutorando em Direito Civil (PUC-SP), Paulo Sérgio Velten Pereira, o Especialista em Direito Tributário e Mestrando em Instituições do Sistema de Justiça (UFMA), Sidney Rocha e o coordenador da Pós-Graduação em Direito Civil e Processo Civil, prof. Me. Alexandre Freire serão os participantes do evento.

Rápidas

Pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados do Maranhão revela que 55,75% dos magistrados maranhenses são favoráveis à união homoafetiva.

GAPARA

Homem que matou comerciante será levado a júri popular

Acusado de assassinar o comerciante Claudionilson Maciel de Oliveira, será julgado na próxima sexta-feira (26), pelo 4º Tribunal do Júri de São Luís, José Mota Pereira Filho. A vítima foi morta a golpes de faca dentro do seu comércio, no dia 7 de dezembro de 2008, na Cidade Nova, bairro Gapara, na área Itaqui-Bacanga. O julgamento começa às 8h30, no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau.

Na próxima semana, o juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, preside mais quatro julgamentos, sendo um por

dia, começando sempre às 8h30, na sala de sessões, no 1º andar do Fórum de Des. Sarney Costa. Atuarão nos júris o promotor de Justiça Pedro Lino Silva Curvelo e o defensor público Marcus Vinicius Campos Fróes. Nesta segunda-feira (22), os jurados vão julgar José de Ribamar Madeira Matos, denunciado pelo Ministério Público pelo assassinato de Aguinaldo Silva Mendes, conhecido como "Batata". O crime ocorreu no dia 05 de janeiro de 1993, por volta das 15h, próximo ao campo de futebol Poeirão, no bairro João de Deus.

OUTROS JULGAMENTOS

- Pelo assassinato de Mário Sérgio dos Santos Costa, será submetido a júri popular, na terça-feira (23), Wilson Vieira. Segundo a denúncia, no dia 15 de novembro de 2008, ele estava bebendo com a vítima e mais dois amigos, em um bar no Residencial Alexandra Tavares. Após discutir com a vítima, o acusado saiu do local e ao retornar assassinou o rapaz com dois tiros.

Na quarta-feira (24) será julgado por tentativa de homicídio Fredson Martins Costa. De acordo com a denúncia, no dia 20 de dezembro de 2003, ele e Edilson Fernandes Batista brigaram du-

rante jogo de futebol, em um campo no Bairro de Fátima. Ameaçada de morte pelo acusado, a vítima saiu do local, seguindo para sua residência, quando foi alcançada pelo denunciado que atirou seguidas vezes no rapaz, parando somente quando acabou a munição da arma.

Será submetido a julgamento na quinta-feira (25) José Pedro Nogueira. Ele foi denunciado pelo Ministério Público porque no dia 20 de agosto de 1989, por volta de 1h30, no bairro João Paulo, agrediu Iran Douglas de Jesus Pedraça, a socos e pontapés. A vítima foi socorrida e morreu no hospital.

3 *O presidente da Câmara de Vereadores de São Luís, Isaías Pereirinha (PSL), está entre a cruz e o punhal. Esperava encontrar uma solução para centenas de funcionários contratados sem concurso – os SPs. Veio o Tribunal de Justiça e deu prazo de 180 dias para ele demitir todos e realizar concurso, seguindo a Constituição.*

4 *Mas Pereirinha ainda espera que o Congresso Nacional aprove uma das três PECs, que visam a efetivação de servidores. As propostas de números 02/99, 54/99 e 59/99 são alvo de críticas de toda ordem, pois seria um “trem da alegria” do tamanho dos comboios da Vale. A PEC 02/99 pretende efetivar servidores contratados temporariamente e requisitados por órgãos federais, há mais de 10 anos.*

 PASTOS BONS

Acusado de homicídio é condenado

Em júri ocorrido na comarca de Pastos Bons, o réu Cristóvão Ribeiro da Cruz foi condenado a 22 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, pelo homicídio de Sorene Curcino de Moraes, companheira do acusado à época.

Segundo o processo, o crime foi praticado na madrugada do dia 16 de dezembro de 2012, após uma discussão ocorrida quando vítima e acusado chegavam em casa, vindos de uma seresta. Ainda de acordo com a acusação, após a discussão Cristóvão teria agredido fisicamente a companheira. Armandando-se com uma faca, o réu passou a golpear o pescoço da vítima, aplicando-lhe três gol-

pes cujas lesões causaram a morte de Sorene.

Por ocasião da leitura da sentença, ocasião algumas das centenas de pessoas presentes ao julgamento comemoraram o resultado, aplaudindo. Gritos de “assassino” foram ouvidos no local quando da retirada do réu do recinto.

Celeridade

O juiz da comarca, Sílvio Alves Nascimento, ressalta a celeridade do processo referente ao crime. Segun-

do Sílvio, a denúncia foi recebida em 28 de dezembro de 2012, e a pronúncia se deu em 22 de fevereiro de 2013. O magistrado destaca ainda a realização do júri quatro meses após o crime. “Se os advogados inicialmente contratados pelo acusado não tivessem renunciado ao mandato o julgamento teria ocorrido em 27 de março último”, completa.

Tentativa de homicídio

Em outro júri realizado na comarca e também presidido pelo titular da unidade, juiz Sílvio Alves Nascimento, o réu José Simão da Silva foi condenado a dois anos de reclusão em regime inicialmente aberto pela tentativa de homicídio contra Genésio Oliveira da Silva.

De acordo com os autos, o fato se deu no bar da vítima, no dia 12 de julho de 2009. O Conselho de Sentença acatou parcialmente o pedido da acusação e condenou o acusado pela prática do crime de homicídio simples tentado.

22

anos de prisão foi a pena decretada pelo juiz ao réu Cristóvão Ribeiro da Cruz



Se os advogados inicialmente contratados pelo acusado não tivessem renunciado ao mandato o julgamento teria ocorrido em 27 de março último

Sílvio Alves Nascimento,
juiz da comarca de Pastos Bons

K. GEROMY/OIMP/D.A PRESS



Melhor aprendizagem é uma das metas da Seduc, diz secretário

Pedro Fernandes (foto) trabalha com quatro metas na gestão da rede estadual de Educação. Uma é a elevação da qualidade da aprendizagem dos estudantes.

URBANO 3

KARLOS GEROMY/OIMP/DA PRESS



EDUCAÇÃO

Em entrevista a *O Imparcial*, o secretário estadual de Educação, Pedro Fernandes, fala como pretende atingir a universalização do ensino médio.

Urbano 2

Entrevista
PEDRO FERNANDES

Expansão do ensino

Secretário estadual de Educação tem como meta melhorar a qualidade do ensino-aprendizado dos estudantes matriculados na rede de ensino

AUGUSTO DO NASCIMENTO

Dialógo para buscar soluções. Em entrevista a *O Imparcial*, o titular da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), Pedro Fernandes, disse que, desde que assumiu a pasta, em novembro do ano passado, vem buscando a articulação dos diferentes órgãos e setores da instituição, de forma a aproximar a gestão do setor e a sala de aula. Estimando o orçamento da Seduc em R\$ 1,604 bilhão, valor do qual R\$ 1,56 bilhão seria destinado à folha de pagamento de pessoal, o secretário de Educação tratou dos desafios e das propostas que pretende concretizar em seu mandato.

De acordo com Pedro Fernandes, a partir de um diagnóstico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Seduc vem estabelecendo mecanismos de ações, cuja implementação pretende atingir quatro objetivos principais. A princípio, tanto a educação infantil quanto os níveis de ensino fundamental, médio e superior seriam alvo do planejamento das políticas públicas, tendo como fim a melhoria do aprendizado dos estudantes matriculados em todos os patamares da educação, inclusive dos segmentos que não constituem o âmbito de atuação da pasta.

Para o secretário, as medidas visam ainda a atingir a universalização do ensino médio, em vista de atualmente 40% dos jovens com idade em torno de 17 anos não terem acesso à escola após a conclusão do ensino fundamental, especialmente em municípios do interior do Maranhão.

Tal meta pretende ser atingida através do atendimento a necessidades verificadas na estrutura das escolas, quadro de professores, além de avanços no currículo pela mediação tecnológica, a ser implantada a partir do próximo mês de agosto. "Vamos expandir o ensino médio, tentando a universalização", disse Pedro Fernandes, destacando que, para atingir tal objetivo, a Seduc vem articulando parcerias com universidades e instituições com atuação voltada ao desenvolvimento científico no estado.

Um terceiro objetivo relacionado pelo titular da Seduc foi a implantação do regime de colaboração dos sistemas de ensino, previsto na Constituição Federal, a ser organizado conjuntamente pelos entes federativos (União, estados e municípios). Para tanto, o gestor esclareceu que vem dialogando com os secretários municipais de educação das cidades maranhenses, a fim de definir medidas para resolver os problemas identificados na rede de ensino. Segundo ele, a Universidade Estadual do Maranhão (Uema) vem colaborando com os gestores municipais na formulação do Plano de Ações Articuladas (PAR), necessário para o recebimento de recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Segundo Pedro Fernandes, apesar de o governo estadual cumprir o preceito constitucional e destinar 5% do orçamento para as instituições de ensino superior, além de 20% aos programas de educação básica, esses recursos ainda não são suficientes. "Estamos na luta para

que os royalties [do petróleo] venham para a educação, e pelo menos trocar uma riqueza que é finita por uma outra riqueza, que é a educação do povo", disse o secretário, referindo-se à medida provisória nº 592, prevista para ser votada a partir da próxima semana no Congresso Nacional, a qual estabelece a destinação das receitas oriundas dos royalties do petróleo aos contratos vigentes na área da educação.

Como última meta a ser atingida, o gestor da educação maranhense considerou o combate ao analfabetismo. O resultado da amostra do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que mais de 60% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, no Maranhão, não tinham instrução e nem completado o ensino fundamental.

Medidas

O secretário informou à reportagem que, até junho deste ano, a Seduc concluirá as conferências intermunicipais de educação, voltadas ao detalhamento de metas, prazos e ações, com o propósito de realizar uma conferência estadual para a elaboração de um plano de ação para o Maranhão. Nessas reuniões, o poder público reúne-se com gestores escolares e pais, além de entidades da sociedade civil organizada, envolvidas com a educação.

Sobre o treinamento de professores, Pedro Fernandes esclareceu que a proposta da pasta é promover oficinas voltadas à formulação de testes a serem aplicadas no contexto das escolas, em

correspondência com as provas a que são submetidos os estudantes pelos programas de avaliação da qualidade de ensino. A intenção dessa medida é melhorar o desempenho dos índices educacionais do Maranhão. Segundo ele, uma consultoria do Pnud vem desenvolvendo rotinas e currículos para a implantação do chamado microplanejamento, priorizando a presença da escola nas áreas com maior necessidade de ações logísticas, tanto para o acesso dos estudantes como o fornecimento de material e merenda.

Para a implantação da mediação tecnológica no ambiente escolar, Pedro Fernandes considerou a necessidade de os próprios professores receberem treinamento e qualificação ligada às tecnologias inovadoras, como condição de ampliarem esse conhecimento ao corpo discente. Outra medida proposta pelo gestor foi a oferta de cursos profissionalizantes no contra-turno do ensino regular. Além das linguagens tecnológicas, o secretário avaliou que a formação dos professores precisa ser estendida a outras modalidades de ensino, como a educação no campo e a que atende às populações tradicionais, como indígenas e quilombolas. "A educação tem resultados de médio prazo", afirmou Pedro Fernandes, destacando que o fortalecimento institucional é obtido por meio de práticas como o planejamento estratégico e os sistemas de avaliação.

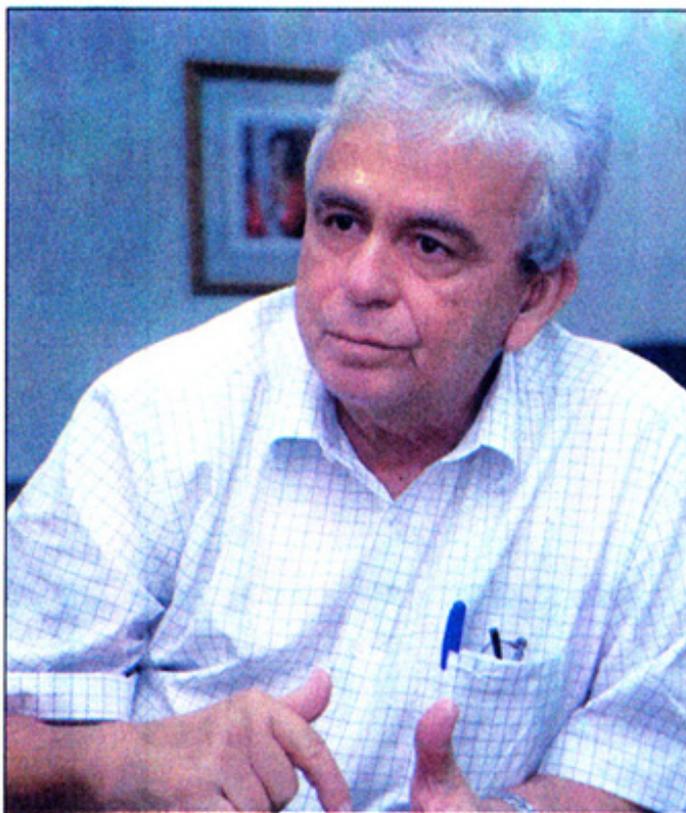
Contratados

Em relação à ação civil pública de

autoria do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas do Maranhão (Sinprosemma), em tramitação na 1ª Vara da Fazenda Pública, o titular da Seduc informou que a Procuradoria do Estado contestou a decisão judicial do início de março, a qual determinava a anulação das contratações de professores temporários em atividade, assim como a nomeação dos aprovados em concurso público realizado em 2009. Segundo Pedro Fernandes, diante do impedimento de se efetuarem novas contratações, deve haver renovação dos contratos com vencimento previsto para o próximo mês de maio. Estimando a carência de professores em 29 mil vagas, o gestor disse que há sinalização do governo estadual para a realização de novo concurso, para o qual vem sendo realizado um levantamento de recursos, a fim de se concluir o planejamento.

1,604

*bilhão de reais é o
orçamento da Seduc*



KARLOS GEROMY/IMP.D.A. PRESS



Estamos na luta para que os royalties [do petróleo] venham para a educação, e pelo menos trocar uma riqueza que é finita por uma outra riqueza, que é a educação do povo

*Pedro Fernandes,
secretário de
Educação*

Suspensão audiência pública para preenchimento de serventias

Pág - 3

Justiça

Suspensão audiência pública para preenchimento de serventias

Está suspensa a audiência pública para preenchimento de serventias vagas no Estado, e que ocorreria às 9h da próxima segunda-feira (22). A decisão foi anunciada ao final da tarde dessa sexta-feira (19) pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Devido a supressão de requisitos, o procedimento será adequado às exigências da Resolução nº 028/2010, do Tribunal.

“A medida tem efeito cautelar e objetiva não prejudicar os candidatos”, justificou o presidente.

TJMA emitiu Nota de Esclarecimento sobre os motivos da suspensão (leia abaixo), e se comprometeu a anunciar a data da nova audiência.

NOTA DE ESCLARECIMENTO - O presidente do



Guerreiro Júnior suspendeu audiência pública para adequações no procedimento

Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu suspender, ao final da tarde desta sexta (19), a audiência pública marcada para as 9h da próxima segunda-feira, 22 de abril, quando seriam preenchidas as serventias vagas

no Estado, conforme foi anunciado em seguida à homologação do concurso para notários promovido pela Corte de Justiça estadual.

A medida tem efeito cautelar, objetiva não prejudicar os candidatos, e procura

adequar o procedimento à Resolução nº 028/2010, do TJMA, que regulamenta o Concurso para Ingresso e do Concurso para Remoção de Titulares das Atividades Notariais e de Registro do Estado do Maranhão.

De acordo com o texto, serão exigidos a publicação do nome da serventia, endereço completo, suas dívidas e encargos. Tais requisitos foram parcialmente cumpridos, contudo o TJMA detectou a supressão de alguns desses itens na lista formatada pelo Judiciário.

Em razão do equívoco, o presidente Guerreiro Júnior decidiu não comprometer a realização do ato público.

Logo ocorra a revisão final dos itens citados na Resolução, o TJMA anunciará, pela imprensa e em seu portal de notícias, a nova data da audiência.

GLÁUCIO ALENCAR FALA PELA 2ª VEZ AO JP

“TENHO MEDO DE MORRER”

EXCLUSIVO

Prisão de Gláucio não acabou com ‘máfia da agiotagem’ no Maranhão

Preso há quase um ano no Quartel do Comando da Polícia Militar do Maranhão, acusado de ter mandado matar o jornalista Décio Sá e também investigado por agiotagem, o empresário Gláucio Alencar Pontes de Carvalho, de 35 anos, falou pela segunda vez com exclusividade ao **Jornal Pequeno**. Na primeira, obtida por meio de parentes, ele acusou o secretário Aluísio Mendes de ‘dirigir’ a investigação, desprezando a “linha Barra do Corda”, que levava ao empresário e também investigado por agiotagem Pedro Teles. Nessas novas declarações ao **JP**, Gláucio reafirma a acusação ao secretário e diz ter medo de morrer, pois “com isso tudo estará resolvido para muita gente”. **PÁGINA 5**



GLÁUCIO ALENCAR FALA PELA 2ª VEZ AO JP

'TENHO MEDO DE MORRER'

"Há nos bastidores um jogo de interesses por trás da manutenção de algumas prisões do 'caso Décio Sá'"

"Não entendo a razão pela qual Pedro Teles sequer foi ouvido no inquérito"

"A verdade apareceu durante o inquérito, mas foi feita 'vista grossa' para ela"

POR OSWALDO VIVIANI

DIVULGAÇÃO

Preso no Quartel do Comando da Polícia Militar do Maranhão desde o dia 13 de junho de 2012 – acusado pela polícia de ter mandado matar o jornalista Décio Sá – executado em 23 de abril passado – e também investigado por agiotagem –, o empresário Gláucio Alencar Pontes de Carvalho, de 35 anos, concedeu ao **Jornal Pequeno**, com exclusividade, sua segunda entrevista desde que foi detido, na operação "Detonando". Na primeira, publicada no **JP** em 13 de dezembro passado – e que, como esta, foi obtida por meio de parentes e amigos –, Gláucio acusou o secretário Aluísio Mendes (Segurança) de "dirigir" a investigação, desprezando a "linha Barra do Corda", que levava ao empresário e também investigado por agiotagem Pedro Teles. Nessas novas declarações ao **JP**, Gláucio reafirma a acusação ao secretário e diz ter medo de morrer, pois "com isso tudo estará resolvido para muita gente". O empresário afirma, ainda, "esperar ansioso" pelo reinício, em 6 de maio, das audiências do "caso Décio", interrompidas em janeiro, quando nem bem haviam começado. Acha que os depoimentos vão comprovar sua inocência e a de seu pai. Gláucio também revela ter enviado uma carta à governadora Roseana Sarney, na qual questiona as investigações do "caso Décio". Roseana não respondeu.

Veja a entrevista de Gláucio Alencar na íntegra:

Jornal Pequeno – Após mais de 10 meses preso no Quartel do Comando da PM do Calhau, e tendo negados pela Justiça dois pedidos de habeas corpus, qual é sua perspectiva e a de seu pai [José de Alencar Miranda Carvalho, 74 anos] de conseguirem responder em liberdade às acusações que lhes são imputadas?

Gláucio Alencar – Acredito que há nos bastidores um jogo de interesses por trás da manutenção de algumas prisões do "caso Décio". No inquérito não há provas contra mim nem contra meu pai. Com toda a humildade, desafio qualquer pessoa



Gláucio Alencar está preso desde junho no quartel do Calhau

encontrar uma única prova que me aponte como mandante desse crime. O que há no inquérito é mera suposição.

As retomadas das audiências do caso do assassinato do jornalista Décio Sá – que completa um ano no dia 23 próximo – serão retomadas no dia 6 de maio. Sua linha de defesa vai ser negar o crime e reafirmar o que disse ao **Jornal Pequeno**, de que a linha de investigação da polícia se deteve no seu nome e do seu pai e desprezou uma apuração mais profunda sobre o empresário Pedro Teles, de Barra do Corda?

Eu não tenho uma "linha" de defesa. Estou apenas falando a verdade. Comumente, quando uma pessoa é acusada de um crime como esse, aponta o dedo para outras pessoas, apenas para se livrar da culpa. Não é o meu caso, pois o diferencial do "caso Décio" é que não fui eu quem apontou para uma outra linha de investigação, mas os vários depoimentos que constam no inquérito, as ligações e escutas telefônicas, ou seja, essas situações contundentes é que apontavam para um outro lado. E isso foi admitido pelo próprio secretário de Segurança Pública do Estado,

Aluísio Mendes, em entrevista ao **Jornal Pequeno**. Não descarto a possibilidade de a polícia ter sido induzida a erro, pelo fato de que alguns dos acusados não terem falado o que sabem sobre o caso.

Não tenho nada contra a pessoa referida na outra linha de investigação [Pedro Teles]. Porém, não entendo a razão pela qual ela sequer foi ouvida, uma vez que seu nome aparece, por diversas vezes, no inquérito e nas escutas telefônicas relacionadas ao caso. O Décio jamais escreveu meu nome em qualquer uma de suas postagens. No entanto, devassou a vida de outras pessoas – de uma determinada família [família Teles] – e o Aluísio Mendes simplesmente descartou essa linha, sem dar maiores explicações. Somente após ouvir a gravação, com a voz do secretário, falando logo após o assassinato do vereador Aldo Andrade, de Barra do Corda, entendi a razão pela qual ele descartou a motivação política tanto no "caso Décio", como no "caso Aldo de Andrade". Ali ele deixou claro que manipula inquéritos de acordo com suas conveniências. O secretário também disse, ao

Jornal Pequeno, que explorou a fundo todo o “caso Décio”, mas se contradisse quando mencionou que não tinha conhecimento de ligações realizadas entre pessoas que podem estar envolvidas e que sequer foram depor. Afinal, ele tem ou não tem conhecimento profundo do caso? Tenho certeza de que a verdade apareceu durante o inquérito, mas foi feita “vista grossa” para ela.

No início de fevereiro, a polícia disse ter encontrado, numa vistoria na sua cela, celulares, um chip, um DVD e um pen drive. As autoridades afirmaram ainda que iriam periciar os objetos, pois desconfiavam que você continuava fazendo contatos com prefeituras e ‘cobrando’ dívidas. Passados mais de dois meses, nada foi comprovado pela polícia. Como você vê isso?

O que encontraram foi apenas um pen drive e um DVD. No pen drive só havia a cópia do inquérito. No DVD constava uma entrevista que meu advogado deu à TV Guarã.

Você ainda está na cela com o ‘Bucheça’ [Fábio Aurélio do Lago e Silva, 33 anos] e seu pai? Teme por sua vida?

Sim, estou com meu pai e o “Bucheça” na cela. Depois que tive acesso ao inquérito, vi muitas coisas que realmente me assustaram no “caso Décio”. Tenho medo de morrer, sim. Sei que se essa acusação permanecer sobre mim e algo acontecer comigo tudo estará resolvido para muita gente. Mas eu confio, acima de tudo, em Deus.

Você foi ‘demonizado’ por Aluísio Mendes, sendo citado por ele como ‘chefão maior’ das máfias da agiotagem nas prefeituras do Maranhão. O que você tem a dizer sobre isso?

De fato, fui “demonizado” por Aluísio Mendes. O secretário fez várias afirmações falsas a meu respeito. Uma delas foi a de que eu possuía duas Ferraris e um imóvel de luxo no Rio de Janeiro. Gostaria de saber qual a cor desses carros, o modelo, o ano... Eu não tenho e nunca tive uma Ferrari em minha vida. Pergunto, ainda, qual o endereço do referido apartamento no Rio de Janeiro? Ele tem uma cópia do Registro de Imóveis? Poderia me mostrar? Eu não tenho e nunca tive imóveis no Rio de Janeiro. Com toda essa trama injusta acontecendo na minha vida, cheguei à conclusão de que algumas pessoas, ao acordarem, em vez de darem “um bom-dia” preferem contar uma mentira. Essas pessoas mentem tanto que não sabem, depois, nem o que acabaram de falar. Qual seria o intuito de me “demonizar” e fazer falsas afirmações? O objetivo seria jogar a sociedade contra mim e me aplicar uma condenação social, antes de que eu possa me defender juridicamente? No primeiro momento, as pessoas acreditaram, mas agora percebo que as falhas do inquérito “gritam” para a população. A versão de Aluísio Mendes já se encontra desacreditada. Ele afirmou que eu mandei matar Décio Sá e Fábio Brasil [executado em Teresina em março de 2012], e fará de

tudo para manter sua versão, pois confia no seu poder. É uma briga desproporcional, como Davi e Goliás. Mas, eu confio em Deus e na verdade, que há de aparecer. Não temerei e não esconderei o meu rosto, simplesmente, porque uma pessoa mandou matar o Décio e outra resolveu proteger. Nunca escondi o meu rosto, nem abaixei a minha cabeça. Não faço isso por arrogância, mas porque “quem não deve não teme”. Eu não devo e não temo.

Você escreveu uma carta para a governadora Roseana Sarney? O que dizia? Obteve resposta?

Sim, escrevi. Na carta, pedi que a governadora Roseana acompanhasse as investigações, pois algumas coisas estranhas me estavam levando a suspeitar de incoerências no inquérito. Imaginei que expondo os meus temores à governadora, diante da precipitação da conclusão do inquérito, tudo seria esclarecido. Enviei a carta, mas não obtive resposta.

Você votou nas eleições municipais do ano passado? Em quem votou para prefeito de São Luís? E seu pai?

Não votei, nem meu pai.

Quais suas relações hoje com seu ex-advogado Ronaldo Ribeiro? Por que você acha que ele ainda está solto, apesar de indícios obtidos pela polícia de envolvimento dele com o assassinato de Décio Sá? A suspensão das audiências, no fim de janeiro, que Ronaldo conseguiu na Justiça, te ajudaram ou prejudicaram?

O dr. Ronaldo é inocente, assim como eu e meu pai. Nossa relação de amizade é normal. Se ele está solto, é porque não há nenhuma razão para estar preso. A pergunta a ser feita é: por que eu e meu pai estamos presos? Na verdade, Décio era meu amigo e amigo de meus amigos. Dizer que eu tinha interesse na morte de Décio seria o mesmo que afirmar que eu sou um louco. Todos os que me conhecem sabem que sou calmo e da paz. Nunca mandei matar ninguém, jamais mandaria matar alguém, muito menos sem motivos. Até hoje não entendo porque dizem que eu mandei matar Décio. Ninguém manda matar por nada. É a acusação mais estapafúrdia do mundo. Acho que se tornou conveniente me colocarem como "boi de piranha" para que os verdadeiros predadores permaneçam soltos. No blog do Décio, diferentemente de outras pessoas, nunca estive incluído em sua "linha de fogo". Pelo contrário, eu estava incluído na sua lista de amigos, conforme se pode ver nos contatos extraídos da agenda de seu celular, o que, inclusive está no inquérito. Sobre mim, Décio nunca escreveu uma vírgula, mas sobre a outra linha de investigação [linha Barra do Corda], ele escreveu um livro. Aliás, o que ele escrevia não eram notícias amistosas, mas sim verdadeiras "bombas" capazes de derrubar qualquer pessoa. Como dito por um determinado blogueiro, "*as digitais do assassino de Décio estão em seu blog*". Com relação ao adiamento das audiências, eu me sinto prejudicado, pois tenho convicção de que nesses interrogatórios a minha inocência e a de meu pai serão vistas a "olhos nus", e eu quero tudo esclarecido. Espero ansioso pelas audiências, pois quero voltar para casa, para os braços da minha família. Quero ver minha mãe feliz de novo. Eu morro de saudades dela. Fora

os meus advogados e parentes, que velam pela minha imagem. Confio na imprensa séria, que irá acompanhar até o final o desenrolar desse processo e a declaração da minha inocência e a do meu pai.

Na sua opinião, o caso Décio pode ser considerado esclarecido quando três pessoas indicadas pela polícia ainda estão foragidas [Shirliano Graciano de Oliveira, o 'Balão'; Elker Farias Veloso, o 'Diego'; e um homem conhecido como 'Neguinho']?

O caso Décio só será esclarecido quando o Ministério Público baixar os autos para novas investigações, baseado nas informações já existentes no inquérito. Qualquer ser humano, com o mínimo de bom senso, tendo acesso às provas desse processo colocaria a mim e a meu pai em liberdade, imediatamente. No meu ponto de vista, esse inquérito não é do Judiciário, mas da política. Minha vontade é que todo cidadão deste estado, ou no Brasil, tenha acesso ao absurdo que tem sido feito contra mim, meu pai e outros inocentes.

Como você vê o caso Décio hoje, quase um ano depois do crime?

Décio Sá: se estivesse vivo, estaria revoltado com essa esculhambação.

Família da vítima: calada e em dúvida.

Os inocentes: presos.

Os mandantes: livres, tomando uísque.

A imprensa: a séria está cobrindo a real elucidação do caso.

Aluísio Mendes: só se preocupa em manter sua versão do caso (ele se esquece do número de homicídios que não consegue controlar no Maranhão. Parece até que o único homicídio do estado em sua gestão foi o de Décio Sá).

A Justiça: com a bomba na mão. Se fizer o certo, corre o risco de ser bombardeada pela im-

prensa descompromissada com a verdade. Situação delicada.

Os formadores de opinião: já sabem que a versão apresentada não é verdadeira.

O povo: enganado.

Pedro Teles foi condenado em 5 de março passado como mandante do assassinato do líder comunitário Miguel Pereira Araújo, o 'Miguelzinho'. Como você viu essa condenação?

Eu não tenho nada contra esse senhor. Se ele foi condenado ou não, eu não sei, não me interessasse por isso. Acredito que, se o objetivo de Décio com a postagem do júri das "cartas marcadas" em Barra do Corda era condená-lo. Ele conseguiu. Segundo depoimentos à polícia de Aristides Milhomem e de blogueiros amigos de Décio, o desfavoramento ocorreu após publicações feitas pelo jornalista.

Qual sua rotina na prisão nesses dez meses? Onde busca força para enfrentar a situação?

Procurro forças em orações, e na Bíblia encontro conforto para o meu coração. Às vezes acordo nas madrugadas, aflito, e choro escondido, mas Deus sempre conforta o meu coração. Eu digo a Ele: 'Tu sabes, Senhor!'. Logo depois vem paz sobre o meu coração e volto a dormir. Um dia desses, fizeram uma revista e levaram meus livros, um caderno de anotações e a Bíblia. Por ordem de quem? Orei a Deus, dizendo: 'Esse homem sem Deus leva a minha Bíblia, mas não tem o poder de tirar Deus do meu coração'. Saírei daqui não como os ratos abandonados pela ratazana, mas, como o homem de paz que sou – não o demônio construído por Aluísio Mendes. O que me revolta é que quem encomendou esse crime hediondo deve estar, com certeza, desfrutando de sua liberdade, com sua família, e eu aqui, longe da minha, perdendo minha vida. Mas Deus me fará justiça!

Prisão de Gláucio não acabou com 'máfia da agiotagem' no Maranhão

DIVULGAÇÃO

A "máfia da agiotagem" que atua em prefeituras, e até nos poderes Legislativo e Judiciário do Maranhão, não acabou com a prisão de Gláucio Alencar – apontado pela Secretaria de Segurança Pública, quando de sua prisão na operação "Detonando", como um dos maiores agiotas do estado.

Mesmo com uma comissão de delegados, chefiada pelo delegado Maymone Barros, investigando a "máfia" desde o fim de julho do ano passado – e cujos resultados nunca foram apresentados pelo secretário Aluísio Mendes, conforme prometido por ele mesmo –, os grandes agiotas maranhenses agiram livremente nas últimas eleições, conforme apurou o **Jornal Pequeno**.

Dos 217 municípios maranhenses, ao menos metade deles é refém da agiotagem, segundo uma fonte do **JP**. A Polícia Federal já "pescou" alguns em operações contra desvios de recursos federais – principalmente da Educação e da Saúde –, mas os agiotas saem de cena durante o pouco tempo em que ficam presos e logo depois voltam a atuar.

A seguir, alguns dos suspeitos já investigados pela PF ou pelo Poder Judiciário que seguem "em atividade", segundo apurou o **JP**:

Josival Cavalcanti da Silva, o 'Pacovan': pernambucano, recebeu o apelido porque comercializava bananas do tipo pacovan na Ceasa de São Luís. Foi preso pela PF na operação 'Usura', realizada em maio de 2011, no município de São João do Paraíso. Mais de R\$ 5,5



Pedro Teles: preso na operação 'Astiages'

milhões de recursos federais da Saúde, da Educação e do FPM foram desviados do município, segundo a PF. Além de São João do Paraíso, 'Pacovan' tem em sua área de atuação as cidades maranhenses de Zé Doca, Miranda do Norte e Bacabal, entre outras. Também fez 'negócios' na Assembleia Legislativa do Maranhão, segundo matérias postadas pelo blog do jornalista Décio Sá, assassinado há um ano.

Eduardo José Barros Costa, o 'Eduardo DP': filho da ex-prefeita do município de Dom Pedro, Arlene Costa, e dono da construtora Imperador. Foi flagrado em 'grampos' da PF feitos em janeiro de 2010, no bojo da operação 'Capitanias Hereditárias' (desvios de recursos do In-cra-MA), nos quais tratava sobre valores de origem duvidosa com o juiz estadual **Sidarta Gautama Farias Maranhão** (de Caxias),

também investigado por suspeita de agiotagem pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Em fevereiro passado, o TJ-MA decidiu arquivar o pedido de abertura de processo administrativo-disciplinar contra o magistrado. Sidarta teria emprestado dinheiro (R\$ 110 mil) ao negociante de carros Fábio Brasil, o 'Fabinho' (assassinado pouco antes de Décio Sá).

João Magalhães, o 'Maga' ou 'Magáver': ex-assessor de Washington Luiz Oliveira (PT), vice-governador do Maranhão. Se escondeu na sede do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, para não ser preso pela PF durante a operação 'Astiages', realizada em fevereiro de 2011, em Barra do Corda. Ficou lá até conseguir um habeas corpus para seguir livre.

A 'Astiages', na qual também foi preso o suspeito de agiotagem **Pedro Teles**, apurou desvios de recursos federais em Barra do Corda da ordem de mais de R\$ 50 milhões.

A viúva do negociante de carros Fábio Brasil, Patrícia Gracielli Aranha Martins, em seu depoimento à polícia do Piauí – ao qual o **JP** teve acesso –, revelou que o marido tinha uma dívida com Pedro Teles de cerca de R\$ 800 mil. Era o maior débito de 'Fabinho'.

Patrícia também mencionou outros dois nomes de supostos agiotas a quem o marido devia:

Telmo Mendes Júnior: irmão da desembargadora Nelma Sarney (R\$ 400 mil em dívidas).

Marcos Antonio de Carvalho Caldas: deputado estadual pelo PRB (dívida de R\$ 60 mil).

Comarca de Penalva divulga entidade selecionada para receber recursos da Justiça

A Associação Santo Antonio dos Pretos foi a entidade selecionada pela comarca de Penalva para obter recursos arrecadados pelo Poder Judiciário local em 2003. O resultado é objeto de edital assinado pela juíza Elaile Silva Carvalho, titular da comarca.

A Associação atende a menores infratores, usuários de drogas, agressores de mulheres que cumprem medida protetiva e pessoas que cumprem pena restritiva de direito.

Segundo a magistrada, a Associação encontra-se regularmente constituída, constituição essa comprovada através de documentos apresentados pela entidade.

Qualidade de vida – De acordo com o edital, a escolha da entidade se deu em função da capacidade da Associação em “atender um expressivo número de cumpridores de prestação de serviços à comunidade, atuando diretamente na execução penal”.

O documento ressalta ainda os serviços de alta relevância social prestados pela Associação ao público-alvo da entidade, fortalecendo a capacidade de se relacionarem socialmente (público-alvo), bem como a potencialização da qualidade de vida de jovens, crianças e adolescente promovidos pela entidade por meio de atividades como capoeira, palestras educativas e cursos ministrados aos atendidos.



Em Ouro Preto (MG), o desembargador Cleones Cunha aprova o Estatuto do Colégio de Corregedores de Justiça do Brasil durante encontro nacional

Mais um

Sempre tendo a impunidade como garantia, mais um gestor público tem prisão decretada pela justiça. Desta vez o ex-prefeito de Urbano Santos, Aldenir Santana Neves, acusado de subtração e apropriação de recursos públicos, muitos transferidos diretamente das contas da Prefeitura para as do malfeitor.

❖❖ Qual foi o deputado federal que passou a manhã inteira de sexta-feira no Tribunal de Justiça tentando conseguir um habeas corpus para o ex-prefeito de Urbano Santos, flagrado 'metendo a mão' no dinheiro do município???!!!

TJ-MA SUSPENDE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PREENCHIMENTO DE SERVENTIAS

PÁGINA 4

TJ-MA suspende audiência pública para preenchimento de serventias

Está suspensa a audiência pública para preenchimento de serventias vagas no estado, e que ocorreria às 9h de amanhã (22).

A decisão foi anunciada pelo presidente do Tribunal de Justiça, Antônio Guerreiro Júnior. Devido à supressão de requisitos, o procedimento será adequado às exigências da Resolução nº 028/2010, do Tribunal.

“A medida tem efeito cautelar e objetiva não prejudicar os candidatos”, justificou o presidente.

TJ-MA emitiu Nota de Esclarecimento sobre os motivos da suspensão e se comprometeu a anunciar a data da nova audiência.

Nota de esclarecimento

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) decidiu suspender, ao final da tarde desta sexta (19), a audiência pública marcada para as 9h da próxima segunda-feira, 22 de abril, quando seriam preenchidas as serventias vagas no Estado, conforme foi anunciado em seguida à homologação do concurso para notários promovido pela Corte de Justiça estadual.

A medida tem efeito cautelar, objetiva não prejudicar os candidatos, e procura adequar o procedimento à Resolução nº 028/2010, do TJ-MA, que regulamenta o Concurso para Ingresso e do Concurso para Remoção de Titulares das Atividades

Notariais e de Registro do Estado do Maranhão.

De acordo com o texto, serão exigidos a publicação do nome da serventia, endereço completo, suas dívidas e encargos. Tais requisitos foram parcialmente cumpridos, contudo o TJ-MA detectou a supressão de alguns desses itens na lista formatada pelo Judiciário.

Em razão do equívoco, o presidente Guerreiro Júnior decidiu não comprometer a realização do ato público.

Logo ocorra a revisão final dos itens citados na Resolução, o TJ-MA anunciará, pela imprensa e em seu portal de notícias, a nova data da audiência.

❖❖ E adivinha quem fez o maior 'escarcéu', sexta-feira, no Palácio Clóvis Bevilacque, tentando soltar o ex-prefeito de Urbano Santos pilhado 'metendo a mão' no dinheiro público????!!! Ele mesmo, o deputado federal espalhafatoso que adora 'chamar a atenção'!!! Pois é..., chegou pela manhã no gabinete de um magistrado, todo alvoroçado e defendendo a liberação do ex-prefeito Aldenir Santana!!! Perda de tempo!!! O desembargador olhou pra ele e 'mandou bala': "Vá fazer seu escarcéu lá na Câmara Federal, aqui não..., o réu vai continuar preso"!!! E negou o habeas-corpus pleiteado pela defesa do ex-gestor 'mão de pluma'!!!



G. FERREIRA

"Grupo de monitoramento é uma grande ferramenta à disposição da Sejap"

SISTEMA PENITENCIÁRIO

*Uchoa garante:
"desestruturação
orgânica e sistêmica"
levou a superlotação*

O secretário Sebastião Uchoa (Justiça e Administração Penitenciária) disse, em entrevista ao **Jornal Pequeno**, que uma "desestruturação orgânica e sistêmica" do Setor Penitenciário do Estado resultou em superlotação e rebeliões, ao longo de muitos anos. Soma-se a isso, segundo ele, a completa ausência de política de assistência aos apenados. PÁGINA 13

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Secretário garante que 'desestruturação orgânica e sistêmica' levou à superlotação e rebeliões

O secretário de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão (Sejap), Sebastião Uchoa, garante que houve 'uma desestruturação orgânica e sistêmica' do Setor Penitenciário do Estado, o que resultou em superlotação e rebeliões, ao longo dos anos.

"Há, sem dúvida, uma desestruturação orgânica, sistêmica do Setor Penitenciário do Maranhão, que, acumulado por ausência de política pública específica ao longo desses últimos 10 anos, terminou no que hoje temos assistido: problemas da superpopulação, estruturas físicas inadequadas, níveis funcionais com problemas sérios de falta de motivação (ainda que os salários não sejam aquém de outros estados da federação), culturas intracarcerária extremamente adversa aos apenados comuns da região,

geralmente "contaminada" por valores de outros estados em face da ausência da individualização da pena; e, com isso, a mistura entre detentos de perfis distintos tornam-se fator determinante ao quadro por que hoje se impera", assegura.

Diz também que, "por fim, a completa ausência de política de assistência aos apenados, por meio de tímidos projetos sociais de ressocialização com a consequente regionalização da execução penal. É o que posso chamar de "heranças malditas", mas maior que Deus, não há. Iremos reverter esse quadro, pois o governo do Estado nos tem dado esse suporte para a promoção dessas inevitáveis mudanças".

A seguir a entrevista.



Sebastião Uchoa quer promover melhorias para o sistema penitenciário maranhense

JORNAL PEQUENO - Como o senhor encontrou o sistema carcerário do Estado?

SEBASTIÃO UCHOA – Há, sem dúvida, uma desestruturação orgânica, sistêmica do setor penitenciário do Maranhão, que, acumulado por ausência de política pública específica ao longo desses últimos 10 anos, terminou no que hoje temos assistido: problemas da superpopulação, estruturas físicas inadequadas, níveis funcionais com problemas seríssimo de falta de motivação (ainda que os salários não sejam aquém de outros estados da federação), culturas intracarcerária extremamente adversa aos apenados comuns da região, geralmente “contaminada” por valores de outros estados em face da ausência da individualização da pena e com isso a mistura entre detentos de perfis distintos se tornarem fator determinante ao quadro por que hoje se impera, e por fim, a completa ausência de política de assistência aos apenados por meio de tímidos projetos sociais de ressocialização com a conseqüente regionalização da Execução Penal. É o que posso chamar de “heranças malditas”, mas maior que Deus, não há. Irems reverter esse quadro, pois o governo do Estado nos tem dado esse suporte para a promoção dessas inevitáveis mudanças.

JP - O que já foi feito?

SU - Parece-me que o governo do Estado andou bem no processo de separação da pasta no que tange outrora funcionava como apêndice da Secretaria de Segurança Pública. Daí, a importância do que se faz para com a construção de um modelo de gestão penitenciária que contemple cobrir todas as ausências das atividades acima mencionadas. E, em razão de apenas se passarem dois anos e três meses,

acredito, que as ações eminentemente pontuais, não deram para minimizarem o quadro caótico construído historicamente.

JP - O que se pode fazer? Juízes e promotores têm alertado que o sistema carcerário seria superlotado, com riscos de rebeliões, como tem acontecido. O que está sendo feito para desarmar o problema?

SU - Solução de curto prazo é vender ilusão, mas o certo que estamos nos esforçando ao máximo no sentido de construirmos oito novas unidades prisionais no estado, sendo sete no interior em caráter de regionalização e uma na capital. Isso, dentro do maior prazo possível. A problemática maior se dar complexidade burocrática pertinente, mas que, gestões do Conselho de Secretários de Justiça – Consej, tem muito articulado perante o Departamento Penitenciário Nacional – Depen, a fim de encurtarmos ao máximo tais caminhos. De forma que acreditamos até dezembro do ano que vem todas essas Unidades Prisionais já estarão em pleno funcionamento. E com isso, o déficit carcerário do Maranhão, ser zerao pela primeira vez na história de nosso estado, sobretudo dentro de um perspectiva extremamente técnica e com visões eminentemente preventiva e ressocializadora.

JP - O presídio de Imperatriz será realmente entregue em 90 dias?

SU - A primeira conversa direta que tivemos com os construtores ainda no local durante a visita que fizemos à obra na Semana Santa, assim ficou acordado. No entanto, uma semana depois nos pediram mais 30 dias, contabilizando 120 dias. E com essa Unidade Penitenciária em pleno funcionamento, estaremos na região tocantina, eliminando todos os problemas de

carceragens, já funcionará como Unidade Penitenciária Regional, absorvendo todos os internos que se encontram nas Unidades Provisórias de Açailândia, Davinópolis, Porto Franco, Imperatriz e demais delegacias da Polícia Civil localizadas na região.

JP - Como foi a posse do novo corregedor do sistema penitenciário do Maranhão e o papel dele?

SU - A posse do novo corregedor se deu dentro de um clima de substituição normal de cargos em comissão no seio da Sejap, assim como se tratou de uma demanda da sociedade civil no que se refere a ser ocupado por alguém com habilidade técnica em meio aos desafios e que seja extraquadro penitenciário, justamente para se perquirir a total isenção em torno das apurações de atos infracionais cometidos por servidores ou apenados no âmbito de nossas unidades penais. E o grande papel não é de punição, mas correção na acepção mais ampla possível, sempre procurando resgatar e resguardar os interesses institucionais da Administração Pública, no efetivo cumprimento dos princípios constitucionais que regem os Órgãos da Administração no geral. Eis a razão de passar a ter o total apoio da Sejap, sobretudo em trabalhos itinerantes e em simetria com a Ouvidoria do Sistema Penitenciário estadual.

JP - E da nova diretora da Penitenciária Feminina?

SU - Trata-se de uma profissional com perfil de gestão prisional com experiência plausível na matéria e que preenche todos os requisitos previstos na Lei da Execução Penal. De forma que acreditamos no bom trabalho que será desenvolvido implantando um modelo de gestão penitenciária voltado para dignidade da pessoa humana feminina em conflito com

a lei em todos os aspectos previstos no Programa Nacional de Política Pública voltada para as mulheres do governo federal, e no Maranhão numa clima de total integração com a Secretaria Estadual da Mulher que tem sido nossa grande parceira. Terá toda nossa atenção face os desafios peculiares da Unidade Penal, e obviamente, dando até mesmo continuidade nas boas ações que foram desenvolvidas por algumas gestoras que por ali deram suas respectivas contribuições.

JP - Qual o resultado da reunião com Grupo de Monitoramento Carcerário do TJ e com chefes de plantão das unidades prisionais da capital?

SU - Entendemos que o Grupo de Monitoramento do TJ é uma grande ferramenta a disposição dos gestores da Sejap como um todo, já que ali são discutidas várias temáticas para a construção de um Sistema Penitenciário para o Maranhão com "outro olhar". Há uma dialética fantástica partindo do pressuposto que vários atores públicos e privados se fazem presente. É um caminho de recomendação para uma gestão democrática dos problemas penitenciários do Maranhão. Estão de parabéns o idealizador da criação do Grupo de Monitoramento e as incansáveis inserções do atual presidente Des. Froz Sobrinho que, juntamente com os juízes Douglas Melo, Fernando Mendonça e Jamil Aguiar, bem como os membros do Ministério Público e Defensoria do Estadual, têm e muito, contribuídos por essa construção.

Quanto às reuniões com os chefes de Plantão, não há dúvida, que se tratou de uma, dentre várias, reuniões de trabalho que desenvolveremos a frente da Sejap a fim de coletarmos os problemas diários por que passam e, possamos juntos, encontrarmos soluções.

JP - O Sistema Penitenciário garantirá participação de presos provisórios nas eleições?

SU - Sem dúvida. Vale lembrar que a primeira vez que presos provisórios exerceram seu sufrágio no Maranhão, deu-se ainda no ano de 2005 quando estava secretário adjunto de Administração Penitenciária. E, claro, daremos conti-

nuidade a essa política de inserção social dos apenados que estão em execução provisórias da pena, pois isso além de colaborar na ressocialização, contribuirá também na promoção da cidadania no mundo intrapenitenciário.

JP - Qual é a lei que a Sejap já cumpre, recentemente sancionada pela presidente Dilma Rousseff?

SU - Sem dúvida a Sejap vem cumprindo a lei de controle da vida carcerária de nossos presos por meio do Sistema de Gestão Prisional - SGP, que hoje está sob a administração de uma terceirizada, embora necessite de alguns ajustes, mas estamos trabalhando nesse sentido.

JP - Qual o alcance do projeto de assistência itinerante aos presos do interior do MA?

SU - Sem dúvida é uma ação institucionalizada pela Sejap para as Unidades Prisionais localizadas no interior do estado, e estar sob coordenação da Secretaria Adjunta de Justiça. São duas equipes volantes integrais (psicólogos, assistentes sociais e advogados) que passam uma semana em cada Unidade Prisional prestando todas as Assistências aos presos. E assim os fazem mediante rodízios, de forma que no término de dois meses, todas as Unidades situadas no interior do estado, terão presença das Assistências promovidas pela Sejap. Essas ações serão de uma continuidade até que a Sejap possa promover articulação entre órgãos afins para que, dentro da própria região, envolvendo a sociedade civil na Execução Penal local, possamos, juntos efetivarmos essa política de assistências aos encarcerados.

JP - Como foi esse episódio em que Resultado da reunião com diretores das unidades prisionais do interior do MA e da visita ao Centro de Ressocialização de Pedreiras?

SU - Ambas as ações costumam dizer que serão uma rotina em nossa gestão, pois precisamos não só visitar os presídios localizados no interior do estado, mas também efetuarmos constantes reuniões com seus respectivos diretores. Ainda na segunda quinzena deste mês faremos o Curso Básico de Gestão

Penitenciária para os atuais ocupantes de cargo de direção, assim como abriremos 10 vagas para a sociedade civil. Será um curso com 80 horas/aulas com seis disciplinas-chaves. Será ministrado na sede da própria Sejap sob coordenação da Assessoria de Planejamento e da Secretaria Adjunta de Justiça.

JP - Como foi esse episódio em que os agentes penitenciários impediram uma fuga em massa no CDP de Pedrinhas?

SU - Trata-se de uma ação operacional do GEOP que hoje tem extrema importância na manutenção da ordem de disciplina prisional, tanto em caráter preventivo como corretivo na visão técnica de restauração da ordem interna em nossos presídios e penitenciárias localizadas na capital. Já estamos, inclusive, viabilizando um curso de capacitação para seus membros, que será ministrado por pelos diretores de Operações Penitenciária do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Quando criei o GEOP, ainda em 2006, sob denominação GECOC (Grupo Especial de Escolta e Custódia) não teve outra finalidade senão em condução especial de presos ou apenados para os fóruns e hospitais. Hoje, o grupo tem dado outras contribuições para o nosso Sistema Penitenciário. E o que estiver ao alcance de nossa gestão, para melhorarmos as condições de trabalhos, profissionalismo de seus membros, assim o faremos, pois entendo que "dias melhores, virão".

JP - Algo mais a acrescentar?

SU - Apenas consignar agradecimentos a governadora do Estado do Maranhão por ter acatado e acreditar em meu nome para gerir a pasta da Sejap e, aos bons servidores que são muitos (não tenho a menor dúvida), e dizer que, unidos, poderemos fazer muito pelo Sistema Penitenciário do Maranhão, desde que cada um resolva dar sua efetiva colaboração nessa reconstrução administrativa, técnica, operacional e humanística que, por ora, sob altos e baixos dos desafios cotidianos, temos colocado o barco penitenciário para navegar. E por fim, agradecer ao JP pelo carinho e oportunidade para com a presente entrevista.

■ Tese premiada (I)

A valoração judicial da prova feita por peritos foi objeto da tese de doutorado do juiz auxiliar da comarca de São Luís, Manoel Matos, obtendo nota máxima e dando ao magistrado prêmio extraordinário concedido pela Universidade de Burgos (Espanha).

A premiação foi comunicada ao presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior. O juiz agradeceu o apoio recebido do Judiciário maranhense para fazer o Doutorado. Guerreiro Júnior o parabenizou pelo mérito alcançado.

Com o título “El dictamen pericial: critérios de valoración y su motivación en la sentencia civil”, a tese colocou em pauta como o atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade faz com que a prova pericial apresente-se cada vez mais decisiva no processo judicial.

■ Tese premiada (II)

“O magistrado, ao proferir sua sentença, deve estar preparado para valorar criteriosamente a perícia realizada”, enfatiza Matos, cujo trabalho acadêmico resultou na publicação de um livro no Brasil e na Europa.

A menção ao prêmio que constará no título de Doutor dará direito ao Diploma de Prêmio Extraordinário de Doutorado e será incluída na certificação acadêmica.

❖❖ **A Ouvidoria do Poder Judiciário promove audiência pública no dia 26, às 8h30, na União de Moradores do Caratatiua (Rua Antonio Bayma, nº 44), quando coletará reclamações, denúncias e sugestões dos moradores daquele bairro e áreas adjacentes sobre o funcionamento da Justiça Estadual.**

❖❖ “O objetivo do Judiciário é aproximá-lo cada vez mais da sociedade, e ouvir a população no sentido de melhorar a qualidade dos serviços que o Poder oferece”, diz o ouvidor do TJ-MA, desembargador Lourival Serejo, que conduzirá a audiência.

AS ESCOLHAS QUE A MORTE FAZ

JOSÉ LUIZ OLIVEIRA
DE ALMEIDA*

Estou retornando, aos poucos, às minhas reflexões quinzenais, depois de um longo período de hibernação, durante o qual compartilhei as minhas angústias e frustrações com poucos amigos e parentes.

Aproveitei esse longo período para aprofundar as minhas reflexões acerca das mais variadas questões, para reavaliar as minhas posições, para refazer alguns conceitos, para mudar a direção, para, enfim, me preparar psicologicamente para as intempéries, para as dificuldades que decerto teria que enfrentar em face das opções de vida que fiz.

Infelizmente, fui surpreendido, no auge das minhas introspecções, com a notícia da morte de um parente muito próximo, que já vinha lutando, fazia algum tempo, para recuperar a saúde. Esse fato me compeliu a direcionar as minhas angústias e inquietações para a inevitabilidade da morte, tema sobre o qual eu sempre relutei refletir.

Depois de detida reflexão, terminei por concluir que a morte, definitivamente, não tem critérios e discernimento nas escolhas que faz, afinal, ela faz opções que, por mais que tente, não consigo compreender. Ela chega, sorradeira e traiçoeiramente, e leva, muitas vezes, quem a gente supunha que ela deixaria entre nós, pelos mais diversos motivos.

Reafirmo que a morte não tem critério nas eleições que faz. Faz escolhas, muitas vezes, que não compreendo, e que, no mesmo passo, abalam a minha fé. Ela vai chegando e vai levando quem entende deva fazê-lo, pouco se importando com o sofrimento, com a dor, com a saudade dos que ficam.

A verdade é que ela, ao que parece, não tem mesmo a quem dar satisfações: age, algumas vezes, por impulso; outras tantas, refletida e maquiavelicamente, dando ao "eleito" um tempo para pensar sobre o que aprontou na vida terrena, quiçá para que possa, ainda

em vida, se arrepender dos pecados, pois, afinal, é em face da proximidade da morte que muitos revêem os seus conceitos, que admitem os seus erros, que pedem perdão pelo mal que fizeram.

É claro que os movidos pela fé, que a tudo é capaz de justificar e explicar, devem entender as opções que a morte faz – se é que a fé pode levar o homem a essa dimensão. Eu, de meu lado, conquanto não perca a fé, tenho o direito de contestá-la, de dizer-lhe que não compreendo as suas opções – e que, por isso, quase nunca aceito as escolhas que faz.

A verdade é que a morte é sempre traiçoeira, mal-humorada, temida, vingativa e pífida. Por isso, não quero conversa com ela; dela quero distância, pois, mesmo quando ela acena antes, anunciando a sua chegada, ela é cortante, não faz concessões, nos impõe um sofrimento que não tem limite.

Por maior que seja a fé do "eleito", e dos que estão próximos, ela no fim - essa é a sensação que tenho -, sempre vence, ainda que muitos acreditem, pela fé, que, através dela, somos apenas levados dessa para uma vida melhor.

Todavia, repito, eu não consigo, nunca conseguirei entender as opções que a morte faz. Eu sempre me sinto frustrado, decepcionado diante das suas opções. Nunca compreenderei, por exemplo, por que a opção pelos quase trezentos jovens de Santa Maria.

E não adiante argumentar que saímos dessa para uma vida melhor, pois não é disso que estou tratando! Aqui não discuto fé, não discuto religião. Não entro nessa seara! O que estou argumentando é que a "senhora morte", desde meu olhar, sempre me surpreende com as opções que faz.

A sensação que todos temos é que há muitos entre nós que, levados, não fariam falta. Todavia, passam incólumes: vão ficando por aqui, aprontando, afrontando, roubando, matando, desviando, fazendo toda sorte de traquinagens.

A verdade é que não gosto, definitivamente, dessa "senhora", afinal, cedo ou tarde, sei que ela

me fará uma visita; mas não será bem recebida, eu não hesitarei em enfrentá-la, com todas as minhas forças, conquanto admita a sua inexorável vitória, afinal, ninguém logrou, até hoje, sobrepujá-la; quando muito, ela recebe um safanão, que não altera a sua decisão, afinal, ela sempre volta depois para nos confrontar e vencer a batalha; a vitória, no fim, é sempre dela. Nós apenas, muitas vezes, adiamos a sua vitória. Vencemos algumas batalhas, mas, no fim, quem vence a guerra é ela mesmo.

O tempo passa, e ela, de surpresa, muitas vezes, aparece e leva um dos nossos, sem nada explicar, sem nada dizer, como se não tivesse a quem dar satisfações.

Ela, algumas vezes, tem, até, a consideração de mandar um recado; outras, nem tanto. Chega, muitas vezes, sem aviso prévio, e leva o escolhido, pouco se importando com a dor dos que ficam. Outras vezes, apenas para enganar, ela deixa as suas "vítimas" algum tempo conosco, enchem-nos de esperança, para, depois, traiçoeira com é, levá-las consigo, deixando em seu lugar apenas a saudade – a eterna saudade, a lancinante saudade.

Eu, cá do meu canto, muitas vezes incrédulo, importa reafirmar, nunca consigo compreender as escolhas que a morte faz. Não as compreendendo, a mim só me resta, como tem que ser afinal, acatar os seus desígnios e seguir adiante, dela mantendo a distância possível, até o dia em que ela, finalmente, me alcançará, como, de resto, alcançará a todos nós.

PS. Espero que não dêem a essas reflexões a dimensão que elas não têm. Elas são apenas fruto da minha imaginação, sem intenção de fomentar discussões de cunho religioso, tema sobre o qual não tenho condições intelectuais de argumentar.

*É membro do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Blog: joseluizalmeida.com
E-mail: jose.luiz.almeida@globalbo.com